e ainda

RETROVISOR págs 19 a 21
GUERRILHEIROS NA FRONTEIRA

DESNORTE pág. 23
O DESPERTAR DE PEDRO GRACIA OLIVO

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 6
JUNHO-JULHO 2014 / BIMESTRAL / ANO II
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

Cidade, habitação e resistência

págs. 5 a 8

Partindo das demolições no Bairro de Sta. Filomena, na Amadora e através da resistência dos seus moradores, O jornal MAPA passa pelas condições precárias do bairro do Casal da Boba e observa o Novo Regime do Arendamento Urbano, sobretudo nos casos das pequenas associações de Lisboa. No final resta ainda espaço para visitar as Corralas de Sevilla.

> *"O lucro dos proprietários (incluindo o Estado) fala mais alto que o direito à habitação e o acesso a espaços de convívio e cultura. Ao mesmo tempo, criminaliza-se qualquer manifestação de autonomia."*

Caderno:

Que energia no futuro?

págs. 11 a 18

DENUNCIA | Os ventos ocultos da energia eólica / Gulbekian, filantropia e petróleo

RESISTÊNCIA | Muito alta tensão ameaça norte e Galiza

ANÁLISE | Novas energias, velhos poderes

Notícias à Escala

A ilusão da avaliação ambiental

pág. 4

As recentes alterações à legislação ambiental resultaram em novos trâmites na Avaliação de Impacto Ambiental. Definido como "instrumento de carácter preventivo da política do ambiente" a recente alteração deixa claro que a AIA é apenas um instrumento ao serviço da megalomania das grandes obras e da indústria do turismo, enquanto que a consulta publica é definitivamente reduzida a pura burocracia.

Latitudes:

A primavera Bósnia

págs. 8 e 9

Quando, em fevereiro passado, a juventude, desempregados e muitas outras pessoas se juntaram a um protesto de trabalhadores que decorria em várias fábricas uma onda de protestos começou a espalhar-se por diversas cidades da Bosnia-Herzegovina. Alimentada por uma revolta contra a classe política e as elites do país a contestação galgou também os mitos do nacionalismo numa região que durante anos foi fustigada por confitos etnicos e pelas imposições do FMI. Com o acalmar dos protestos entram em cena os Plenums, ou assembleias, onde se organiza o dia-a-dia da sociedade a partir da base.

CURTAS

As últimas eleições Europeias, a par com outros atos eleitorais dos últimos anos, mostraram que a abstenção tem sido a opção e a escolha mais sensata de boa parte dos portugueses. Ao mesmo tempo, o boicote como forma de protesto surgiu em várias zonas do país, como na aldeia de Gemieira em Ponte de Lima, onde os populares tentaram impedir a abertura da mesa de voto, em protesto contra a linha de muito alta tensão cujo traçado previsto atravessa a aldeia. Por este andar, os abstencionistas serão igualmente os vencedores de outros tantos actos eleitorais futuros. No entanto, nestas últimas eleições foi atingido um novo máximo, e esse Domingo, a 25 de Maio, nem sequer era um bom dia de praia... Imaginem só se fosse...

Esqueçamos o simulacro da política e os seus resultados, bem comentados na praça pública por profissionais da dissimulação, e concentremo-nos no essencial: a democracia, adornada com o sorriso do cidadão que vota, enfeitada pelo empreendedor que cria valor e perfumada pela insídia da igualdade de oportunidades, é uma perversa mentira.

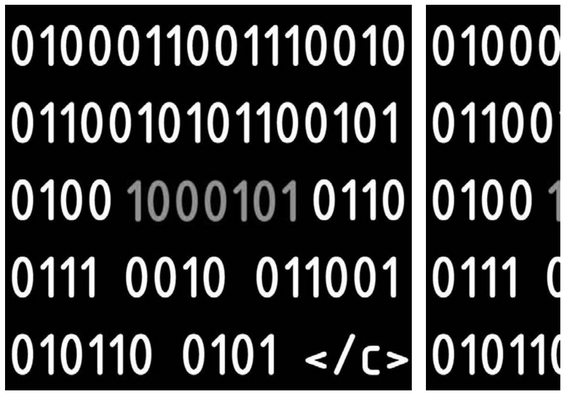
Vejamos, por exemplo, a violência e o caos que os variados corpos de polícia impõem sobre muitos dos habitantes, quando não estão a fazer teatro em frente da assembleia. De facto, a realidade em inúmeros bairros sociais das periferias de Lisboa, Setúbal ou Porto é de permanente estado de sítio e acosso policial. O preocupante é que esta é uma tendência que se alastra ao espaço público no qual todos caminhamos. Os transportes públicos são "protegidos" por empresas de segurança privada que agem sem qualquer tipo de controlo. Estão ainda por registar a maioria dos inúmeros casos de espancamentos que vão tendo lugar em comboios e estações desse Portugal fora. Na mesma linha, o metropolitano de Lisboa lança a campanha mais pidesca e bufa de que há memória na tentativa de lançar para cima daqueles que necessitam de transporte, não só a responsabilidade de controlar os seus vizinhos, mas também a culpa pelos erros de gestão da empresa.

A ordem e o normal funcionamento das coisas mantêm-se apenas pelo uso continuado da violência. Que o digam a FIFA e a Dilma que, para organizar a Copa do Mundo, têm de mobilizar autênticos exércitos de polícias e corpos de segurança para sitiar bairros e reprimir os protestos de habitantes e moradores, ou os assassinatos de crianças de rua por grupos de exterminadores, para "limpar" as ruas por onde os gringos vão caminhar... Tudo para organizar um evento desportivo megalómano e lucrativo.

A verdade é que quando a resposta coletiva se faz ver, os abusadores recuam. Do Brasil têm vindo bons sinais e na última semana de Maio em Barcelona, a demolição de um histórico centro social ocupado no Bairro de Sants transformou-se em dias de revolta e luta. Não só o Município recuou, como centenas de pessoas se organizam, neste momento, para reconstruir o edifício, deixando bem claro que é às suas próprias custas que a reconstrução será feita. Como dizia o anarquista Bakunin, cujos 200 anos do nascimento se celebram este ano, "*A volúpia de destruir é também uma volúpia criadora*". E vice versa.

Nota do coletivo editorial: Como terão notado os leitores do MAPA, a presente edição sofreu um atraso, pelo que pedimos, desde já, a vossa compreensão, esperando que nos continuem a acompanhar nos próximos números.

Software livre em Lisboa



O Colectivo 1000101 é um grupo de voluntários que promove a auto-manutenção informática e o software livre de código aberto. Reúnem todas as terças-feiras no RDA69, das 18h às 23h, onde realizam oficinas comunitárias de computadores, nas quais voluntários com conhecimentos de informática prestam assistência na resolução de problemas de hardware ou software. Também é prestada ajuda na instalação de software livre de código aberto, isto é, software no qual o utilizador tem liberdade de acesso ao código e pode alterá-lo.

Assumem-se como um colectivo "*sem fios lucrativos*", pelo que os donativos e peças informáticas doadas são destinados a projectos sociais ou distribuídas a quem precisar, com a condição de que as pessoas venham elas mesmas participar na montagem dos computadores, de forma a impulsionar a auto-reparação e o espírito de aprendizagem. Promovem regularmente *workshops* e conversas, como as Conversas em Código Aberto, que se destinam à partilha de conhecimentos sobre hardware e outras tecnologias informáticas. Todos os encontros são gratuitos e abertos a sugestões. As apresentações dos encontros e agenda do colectivo podem ser consultadas no site.

+ info:
http://tinyurl.com/C1000101
RDA69: Regueirão dos Anjos, Nº 69, Lisboa (junto aos Anjos).

Terramoto Turista

Lisboa foi abaixo com o terramoto de 1755. Em 2014 Lisboa está a colapsar com o sismo turístico que nos últimos anos invadiu a cidade… cartazes colados pela Baixa Lisboeta (onde mais de 80 hotéis desalojam habitantes e comércio local num processo de turismo massivo) ilustram o "TERRAMOTOURISM: Instruções de emergência em caso de transformação urbana produzida por sismo turístico)" que aconselha: Agrupe e assegure o tecido social do bairro… Não fuja precipitadamente para as periferias… Em cidades marca: alerta de tsunami turístico e gentrificação. A "acção urbano absurda" é do colectivo Left Hand Rotation.

Derrame de interesses na Praia da Vitória

Situado na ilha Terceira (Açores), o concelho da Praia da Vitória alberga a Base Aérea das Lajes, sob o controlo dos americanos desde 1946. Esta serviu, durante muitos anos, como ponto estratégico na Guerra Fria e, apesar da tendência apontar para uma diminuição do efectivo militar na Base, novas tensões entre os EUA e Rússia podem alterar este fluxo.

Entretanto, um fluxo de outra natureza tem surgido na Base: o dos derrames acidentais dos tanques de petróleo, que têm provocado focos de poluição nos solos. Destes acontecimentos, resultou uma enorme especulação no ano de 2008, ao terem sido descobertos dados confidenciais norte-americanos que davam conta desta poluição, acrescentando ainda que estaria em causa a qualidade da água dos aquíferos de abastecimento público do concelho. O frenesim criado em torno das respostas, levou a Câmara Municipal a pedir um relatório ao LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) sobre a situação ambiental das águas do aquífero basal de abastecimento público. Salienta-se que este é o aquífero com maior relevância para a ilha Terceira. O relatório final apresentado dá conta que *"a água de abastecimento público apresenta boa qualidade"*, porque a sua captação é realizada a montante dos focos de poluição identificados. Contudo, não exclui a hipótese de uma possível contaminação no futuro, denominando-a uma *"situação de risco"*. O que é inegável é a contaminação dos solos! Esta é evidente e corroborada quer no estudo do LNEC quer por outros estudos realizados. Acontece que, alguns dos solos contaminados continuam a ser usados para a agricultura de subsistência de algumas famílias, pondo em risco a sua vida e de outras pessoas que consomem estes produtos. Embora a Câmara tenha demonstrado preocupação, os esforços pecaram por serem escassos e estão quase esquecidos por muitos, excepto pelos que têm conhecimento e sofrem com o problema.

Tendo em conta que os Açores são neste momento um destino turístico cada vez mais em voga e onde se promove um local puro e intocado, seria de esperar uma maior cautela no tratamento de assuntos delicados e que colocam em risco esta imagem.

Pelo contrário, nos últimos tempos, o porto da Praia da Vitória foi oferecido como local de transbordo de armamento químico provindo da Síria, em mais uma demonstração de total entrega e submissão do governo português perante os interesses das "grandes nações".

Interessa saber que custo o governo está disposto a pagar, de modo a manter uma imagem "limpa" para o exterior, ao mesmo tempo que acumula a imundice de desprezar e desrespeitar as pessoas e o meio. Talvez um dia todos se lembrem do que agora só podem recordar!

CURTAS

Os Novos Tempos da Polícia Política

Enquanto uns preferem fugir á apatia ordeira das ruas elogiando os protestos patrióticos dos polícias em frente ao parlamento, outros olhares tropeçam aqui e ali no papel de polícia politica que o julgamento de manifestantes "anti-austeridade" tem vindo a revelar. É o caso do julgamento de Miguel Carmo que teve início em Maio, acusado do crime de resistência e coacção por um alegado arremesso de uma cadeira contra a polícia, depois desta ter investido contra os manifestantes na greve geral de 22 de Março de 2012 em Lisboa. Eram tempos agitados das ruas em protesto, e os estivadores eram demonizados de viva voz pelo governo e pelo silêncio envergonhado pelo palanque sindical de telejornal. E nesse dia a detenção de um estivador no Chiado despoletou uma descontrolada carga policial que acabou com vários feridos. Porém a noticia centrou-se no facto de alguns dos feridos serem fotojornalistas, e a única ilação que daí resultou foi o histerismo corporativo da maioria da praça jornalística, não longe das preocupações da Direcção Nacional da PSP que insistiu então na "necessidade de os jornalistas se identificarem, colocando-se sempre do lado da barreira policial que os separa dos manifestantes em geral". A agressão deliberada em manifestantes não fica bem na fotografia se a cacetada partir a máquina ou a camara televisiva.

Miguel Carmo não foi porém identificado durante a manifestação, nem em nenhum outro momento anterior ou posterior. Entra em campo o Núcleo de Informações da PSP, que relata: "trata-se de um indivíduo que é presença habitual neste tipo de manifestações/concentrações, pautando sempre a sua conduta de forma agressiva para com as Forças de Autoridade". Informações de ficheiros, que sustentam o prosseguir do processo judicial, enquanto o inquérito aberto ao comportamento da PSP, com declarações de várias pessoas agredidas, se esfuma e o Ministério Público arquiva as queixas às Forças de Autoridade. Menos a queixa da cadeira de explanada do Chiado… em cuja primeira sessão do julgamento a Juíza logo se precaveu: "Não vou permitir que este julgamento se transforme num julgamento sobre a manifestação ou sobre o comportamento dos polícias".

Este não é um caso isolado. Um processo, arquivado este ano, respeitou os acontecimentos em torno de manifestantes no Porto no dia 2 de Março de 2013. Depois de vários bancos terem sido alvo de balões de tinta, a polícia cerca, horas mais tarde, meia centena de pessoas e identifica duas pessoas. O que não a impediu depois de identificar outras sete (uma delas só o soube no arquivamento do processo). Como referiu um dos arguidos o objectivo aqui "nunca foi parar qualquer actividade ilegal. Talvez promover uma outra: a actualização dos ficheiros de activistas que a polícia garante que não tem. Ou fazer com que alguns percebam que estão sob vigilância. E isto, sim, isto é o grave da coisa. Não estranho nem surpreendente. Mas até por isso grave. Há ficheiros na polícia com fotos e informações pormenorizadas de pessoas que se envolvem em lutas sociais. Não podem existir. Mas existem. Sabe a polícia política. Soa a ditadura. Não é novidade. Nem sequer surpresa. Apenas um momento em que a coisa se torna mais transparente."

Efeito Can Vies

Barcelona esteve a ferro e fogo durante uma semana no final de Maio passado. A demolição do histórico centro social ocupado Can Vies no Bairro de Sants foi o rastilho para libertar a revolta e o protesto que têm, na enorme crise social que atravessa a Europa, muitas mais razões para além deste despejo. Após a demolição de parte do edifício a primeira vítima foi a própria retroescavadora que daqui em diante não demolirá mais nada.

<Todos os artigos, notícias actualizadas e curiosidades diversas em_
www.jornalmapa.pt

NOTÍCIAS À ESCALA

A ilusão da Avaliação Ambiental

De há um ano para cá foi efectuada uma ampla revisão da legislação ambiental portuguesa. À margem de qualquer debate, o novo quadro legal parece obedecer somente à agilização dos licenciamentos económicos ligados à indústria e ao turismo. A ocasião pede que avaliemos, afinal, o que é isso de Avaliação Ambiental.

CHRISTIAN SCHNETTELKER

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

No seu percurso de mais de duas décadas, a chamada Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)[1], determinou a um conjunto de obras públicas e privadas, por motivos ambientais, culturais e de ordenamento territorial, todo um conjunto de procedimentos que passam pelos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) – a apresentação técnica de todos os impactos significativos dos projectos, negativos ou positivos, e das medidas de minimização – à sua análise por uma Comissão (nomeadas pela Agência Portuguesa do Ambiente ou pelas CCDR, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional), que emite sob despacho governamental uma Declaração de Impacto Ambiental (DIA), a qual ora é favorável, favorável condicionada ou desfavorável. Prevista está ainda uma fiscalização no âmbito de processos de pós-avaliação às medidas impostas, o que nunca ou muito raramente acontece.

Estes processos envolvem um rol de especialidades técnicas (da biologia, arqueologia à sociologia, engenharias, etc.) resultando numa ferramenta que legitima os empreendimentos em causa e que, sobretudo, pretende mediar e justificar esses projectos perante as populações através de um proclamado processo de participação pública. Uma etapa burocrática num momento em que os estudos estão concluídos e nada volta atrás a não ser no campo das medidas mitigadoras. Uma participação limitada, em jeito de pró-forma em que apenas entidades providas da mesma linguagem e engrenagem técnica acabam por participar, nas ténues fronteiras de uma dita consulta pública. Em Junho de 2013, a Quercus apontava a enorme dificuldade dessa participação "já que, das seis entidades que conduzem o processo

> «Esquecida sempre esteve qualquer ponderação ambiental, se esta não servir à imagem verde empresarial, ao marketing da "sustentabilidade" ou aos ganhos da "gestão ambiental"»

administrativo [a APA e as CCDR] (…), apenas três disponibilizam toda a documentação necessária à participação responsável por parte dos cidadãos"[2].

A avaliação, definida como "instrumento de carácter preventivo da política do ambiente" deve antes ser lida como "de carácter preventivo da política". Às objecções ambientais ou às resistências populares a determinados projectos, a AIA acaba sempre por justificar tecnicamente esta ou aquela opção e "minimizar" como um hábito paliativo o que é negativo[3]. Tamanha mediação não acalmou, porém, o "empreendedor económico" e cedo foi o mesmo aliviado de questões ambientais ou dos trâmites públicos que se via obrigado a custear. Nascem com José Sócrates em 2005 os PIN – Projectos de Interesse Nacional – uma via verde no licenciamento ambiental; e em 2007 surge a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de planos e programas que permitiu atalhar a implementação de projectos.

Instituída como um mero "aval" ambiental, a AIA vê-se reduzida e imersa na lógica burocrática do papel e do carimbo: feitas "as contas", o único e assumido mal a ultrapassar em nome da agilização económica. O que importa é a celeridade dos processos, pressa, muita pressa, não vá alguém reparar o que está para lá da cortina. Esquecida sempre esteve qualquer ponderação ambiental, se esta não servir à imagem verde empresarial, ao marketing da "sustentabilidade" ou aos ganhos da "gestão ambiental".

Foi nesse sentido que, no início de 2014[4], o advogado e professor universitário em matéria de legislação ambiental, João Pereira Reis, manifestou a sua satisfação com o novo quadro legal da AIA, promulgado em Novembro de 2013. Em suma, o novo regime de AIA introduz a diminuição dos prazos e uma revisão dos limites – agora mais folgados – das indústrias e infraestruturas sujeitas a avaliação. Já em Agosto do ano passado[5] João Pereira Reis fazia votos de uma revisão em matéria de planos de ordenamento territorial, os quais deveriam "aligeirar os procedimentos e os conteúdos materiais e documentais", "tornando este «instrumento» mais consentâneo com os tempos de austeridade que actualmente vivemos e mais "amigo" do investimento privado", referindo-se nomeadamente ao sector turístico. Na nova AIA os seus anseios foram escutados, pois apesar se tratar de avaliação, esse processo pode decorrer em simultâneo com o procedimento de licenciamento da construção/instalação do empreendimento. Mais ainda, face às "limitações" dos planos de ordenamento territorial (o que levou a muitas alterações de PDM ou planos de urbanização ou de

> Todo o processo de Avaliação Ambiental será, pois, no mínimo um jogo de faz-de-conta. Mas é mais do que isso: reflecte a forma pós-moderna de fazer política e gerir os territórios e a natureza.

pormenor), a nova lei permite agora que "a desconformidade do projecto com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis não condiciona o sentido de decisão da DIA", ou seja, que a força de lei seja moldada a um qualquer projecto. E, se tal não for suficiente, outra novidade é anunciada: a "entidade acreditada", figura de natureza privada que poderá vir a substituir incumbências da administração pública, como na certificação da conformidade do EIA. Se actualmente nenhuma empresa que elabora EIA os faz em sentido contrário ao seu cliente, no mesmo sentido a criação de entidades privadas facilitará ainda mais a certificação desses interesses…

E, exemplificando, destaque-se a forma como o Plano Estratégico Nacional para o Turismo, no período 2013-2015 (PENT), aprovado em Abril de 2013 e que previa precisamente a "simplificação de processos e a redução de custos", se cruza tão afavelmente com o novo regime jurídico de AIA, em mais uma demonstração de Portugal como um território-cheque em branco aos investimentos turístico-imobiliários sem freio. Desta feita, no cenário geral de uma diminuição do número de projectos submetidos a AIA, os aldeamentos turísticos com área igual ou superior a 5 hectares, que até aqui estavam sujeitos a AIA, passam agora para a fasquia de 10 hectares, o mesmo sucedendo com os estabelecimentos hoteleiros, que passam de 200 para 300 camas.

Todo o processo de Avaliação Ambiental será, pois, no mínimo um jogo de faz-de-conta. Mas é mais do que isso: reflecte a forma pós-moderna de fazer politica e gerir os territórios e a natureza. Nenhum decisor politico e empreendedor económico –passe os eufemismos – dispensa as "boas informações técnicas" e a chancela ambiental indispensável no seio do catastrofismo de um fim de ciclo capitalista em modo de reinício. Se essa percepção é hoje mais evidente sob o cair da máscara da política representativa, resta ainda a máscara da representatividade da decisão técnica, da avaliação técnica – dos doutores e engenheiros – que a generalidade da população não dispensa. A mera delegação neste corpo técnico, e logo nos promotores que custeiam os processos de AIA, distancia-nos de igual forma, ou ainda mais, das tomadas de decisão e do nosso território. Por acréscimo, igual noção deveria ter quem um dia estuda o encanto do ambiente e dos seus valores, para depois ir a soldo justificar o seu desaparecimento.

1 http://goo.gl/1TQfYX
2 http://goo.gl/3pYpCX
3 Consultado o histórico da APA, entre 1995 e 2012 foram emitidas 77 declarações a reformular, 106 desfavoráveis, 3 favoráveis e 1060 favoráveis condicionadas.
4 http://goo.gl/yy874y
5 http://goo.gl/HDOdSF

ESPECIAL: CIDADE, HABITAÇÃO E RESISTÊNCIA

Reordenamento das cidades quer apenas dizer "mais lucro"

As requalificações levadas a cabo nas cidades, recentemente e não só, passam também por uma limpeza social: perante enormes aumentos de renda ou mesmo demolições, quem não tem dinheiro está fora dos planos.

M. LIMA
JOSÉ PEDRO ARAÚJO
JOSE.P.ARAUJO@JORNALMAPA.PT

Z. MOURA

O direito às cidades está definitivamente ameaçado. Além da especulação imobiliária ou da gentrificação dos centros, a nova lei do arrendamento, responsável por um enorme aumento das rendas, vem deixar bem claro que a vida nas cidades está cada vez mais reservada a uma elite. Com o poder ainda mais concentrado nos proprietários, sejam particulares ou o próprio Estado, é possível assistir a aumentos de renda de 900%, representando um ataque brutal aos moradores, associações ou colectividades.

E um fenómeno que começa por estar centralizado rapidamente se alastra para a periferia. É o caso dos despejos que têm acontecido nos últimos tempos na Amadora, onde as habitações construídas pelos moradores há anos parecem ser uma ameaça à "limpeza" da cidade. Simultaneamente, em bairros de habitações de custo controlado, os chamados bairros sociais, a situação descontrola-se, praticando-se rendas mensais na ordem dos 400.

> "Há muita chantagem psicológica por parte da Câmara. As pessoas não têm informação, cedem. Têm medo, cedem. Vão buscar dinheiro onde não há para pagarem a renda e se for preciso não têm para comer"

CASAL DA BOBA: PROGRAMA DE EXCLUSÃO E REPRESSÃO AS BARRACAS E O PER

Em 1993, foi criado o Programa Especial de Realojamento (PER), com o propósito de erradicar os bairros de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Em colaboração com os respectivos municípios, o programa propunha-se realojar os moradores em casas com melhores condições. Contudo, a sua aplicação foi demorada e não previu transformações naturais nos agregados familiares, tais como o nascimento de filhos ou a chegada de novos membros às comunidades. As barracas, descritas como *"uma chaga ainda aberta no nosso tecido social"* no decreto-lei nº163/93 de 7 de Maio, parecem ser mesmo a preocupação principal, mais do que as condições de vida dos seus moradores. Com efeito, a Câmara Municipal da Amadora (CMA) tem vindo a realizar vários despejos nos últimos tempos, com a finalidade de demolir vários bairros construídos directamente pelos seus moradores.

O Bairro de Santa Filomena tem sido o mais fustigado pelas levas de demolições e os seus terrenos foram já comprados por um fundo imobiliário do BCP. Sempre acompanhadas por um forte dispositivo policial, as demolições neste bairro deixaram já dezenas de famílias na rua. A última foi no passado dia 6 de Maio, deixando nove pessoas sem casa, incluindo idosos e crianças, conforme denuncia o Colectivo Habita. Os relatos feitos pelos moradores denunciam as fortes pressões exercidas pela Câmara para abandonarem as suas casas, onde se podem listar sugestões racistas de regresso ao país de origem, propostas de realojamento mediante a separação do agregado familiar e até ameaças de violência policial caso não aceitem "sair a bem".

Nos últimos anos foram construídas algumas habitações a custos controlados, ou "bairros sociais", para realojar bairros já demolidos. Contudo, essas habitações, além de se encontrarem bastante degradadas, sob o olhar indiferente da Câmara, estão actualmente sobrelotadas. A solução encontrada pela CMA para realojar as famílias recenseadas no PER passa então por dificultar o mais possível a permanência dos actuais moradores dos bairros já construídos procedendo a aumentos brutais de rendas através de processos pouco claros e intimidatórios. Não pagando as rendas, segue-se o despejo. Desta forma, a Câmara obtém "novas" casas para realojar outras famílias e repetir o ciclo sempre que necessário. Segundo Rui, morador do Casal da Boba, *"há muita chantagem psicológica por parte da Câmara. As pessoas não têm informação, cedem. Têm medo, cedem. Vão buscar dinheiro onde não há para pagarem a renda e se for preciso não têm para comer"*.

> O lucro dos proprietários (incluindo o Estado) fala mais alto que o direito à habitação e o acesso a espaços de convívio e cultura. Ao mesmo tempo, criminaliza-se qualquer manifestação de autonomia

HABITAÇÃO DE CUSTOS DESCONTROLADOS

Há cerca de dez anos foi construído o bairro do Casal da Boba com o objectivo de realojar os moradores do Bairro das Fontainhas, demolido devido à construção de uma estrada de acesso ao centro comercial Dolce Vita Tejo. Apesar de o bairro ser praticamente novo, os sinais de degradação são bem visíveis, denunciando uma construção apressada e pouco cuidada. A Câmara contudo não parece mostrar qualquer preocupação e responsabiliza os moradores pelos estragos e degradação das suas ruas.

Um olhar da rua para os edifícios permite identificar imediatamente estragos provocados por infiltrações, fendas nas paredes, irregularidades na calçada e até mesmo a existência de falsos ventiladores nos prédios. Dentro das casas o cenário piora: desde problemas graves de humidade, não existência de estores em várias janelas ou de estendais suficientes (tendo os moradores que pagar a sua instalação) ou até mesmo a falta de material de combate a incêndios. No ano passado, um idoso paraplégico morreu num

incêndio em casa.

Em alguns andares térreos existem até tampas de esgoto no interior das habitações. Este é o caso de Amélia que tem uma tampa de esgoto na sua casa de banho vendo-se perante frequentes entupimentos do esgoto que já lhe provocaram vários estragos. Após reclamação à Câmara, Amélia recebeu a visita de uma funcionária, que se limitou a olhar para o resto da casa e constatar que era "*muito bonita*", acabando por nada fazer em relação aos problemas provocados pela fossa. Amélia paga uma renda de 440. Relativamente às reclamações de outra moradora do mesmo bairro com um problema também relacionado com infiltrações a resposta da CMA foi curiosa: nada iriam fazer uma vez que os estragos se deviam ao mau uso dos canos.

Famílias, idosos e pequenas associações encontram-se numa situação de desespero, em que o Estado e a lei legitimam aumentos de renda súbitos

Nuno, também morador do bairro, mostra uma praceta onde as crianças brincam mas onde a degradação é bem visível: a calçada encontra-se levantada em vários pontos, há inúmeras infiltrações e buracos e até ratazanas mortas. Afirma que a CMA esqueceu o bairro, uma vez que nunca lá aparecem para limpar ou fazer obras, como fazem noutros locais da cidade. São muitas vezes os próprios moradores que têm de improvisar soluções para os estragos, além das pesadas rendas que já têm de pagar. *"Nós também somos seres humanos"* afirma Nuno. O racismo e os preconceitos associados aos bairros sociais facilitam a culpabilização dos seus moradores, desviando convenientemente a atenção da negligência da CMA.

Uma das moradoras, Celeste, relembra a vida nas Fontainhas. Nesse outro bairro tinha construído a sua própria casa tal como muitos outros moradores. Com as demolições não só lhe destruíram a casa, em prol de um centro comercial que em nada a favoreceu, como ainda lhe impõem uma renda exorbitante por uma casa sem condições, não lhe sobrando dinheiro para alimentação e medicamentos. Uma outra moradora, Maria, conta o caso do seu irmão, trabalhador na CMA, onde este recebe o salário mínimo. Com os pais reformados, o seu salário serve para pagar a renda de 400, acabando assim por ser devolvido à Câmara. Na prática, está a trabalhar a troco de habitação, refere Maria. Fala ainda de outro caso curioso, em que uma vizinha foi forçada a emigrar e toda a sua família perdeu o direito à habitação. *"Ou trabalha e tem algo para dar aos filhos ou fica cá e passa fome"* refere Maria.

Alguns exemplos da degradação no bairro social do Casal da Boba

V. CORREIA

(N.A.) Todos os nomes que aparecem neste artigo são fictícios.

PEQUENAS COLECTIVIDADES EM LISBOA

O Novo Regime de Arrendamento Urbano prevê a liberalização do arrendamento de imóveis para que os senhorios possam aumentar livremente as rendas das casas que têm alugadas, sobretudo em contratos anteriores a 1990. Famílias, idosos e pequenas associações encontram-se numa situação de desespero, em que o Estado e a lei legitimam aumentos de renda súbitos, dando às pessoas um prazo de trinta dias para "negociar" com o proprietário. A lei e as regras matemáticas em vigor para calcular os novos valores de renda não deixam muito espaço para que haja uma renegociação.

Nesta situação encontra-se agora a BOESG, Biblioteca dos Operários e Empregados da Sociedade Geral (ou Biblioteca Observatório dos Estragos da Sociedade Globalizada, nome pelo qual é conhecido o projecto da actual Direcção), localizada na Rua das Janelas Verdes em Lisboa, e cujo contrato de arrendamento foi celebrado no ano de 1960. Este espaço social e arquivo histórico único está em risco de sofrer um aumento brutal da renda, dos 80 actuais para 700, que inviabilizará a continuação das actividades da biblioteca. Para justificarem as acções de despejo violentas, os senhorios argumentam recorrentemente que o IMI e outros impostos aumentaram significativamente, mas é sabido que no caso da BOESG, e em muitos outros casos, tratam-se de proprietários que são donos de vários prédios e que recebem já rendas actualizadas da maioria dos inquilinos.

Nesta situação estão também muitas outras colectividades ou microentidades que chegarão ao fim da sua existência, porque não têm capacidade para pagar os valores inflacionados e especulativos que os senhorios agora pedem. É, de facto, mais um estrago da sociedade globalizada, que só permite que os grandes e ricos existam – porque em risco estão pequenos clubes de futebol, pequenas colectividades onde os mais velhos podem conviver e pequenos comércios. Ao telefonar para a linha de apoio do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o Jornal MAPA ficou a perceber que aquilo que está a ser dito às pessoas é que não há nada a fazer, não existe maneira de contornar a nova lei e que "os senhorios têm a faca e o queijo na mão". No entanto, sabe-se de alguns casos em que as associações conseguiram permanecer nos imóveis, como o caso do Centro de Cultura Libertária, ou o caso da Livraria Olisipo, presente no Largo Trindade Coelho, no centro de Lisboa, há mais de 30 anos. Apesar de ter sido intimada a sair das suas instalações, para dar lugar a mais um projecto para um "hotel de charme", sabe-se que felizmente conseguiram evitar temporariamente a ordem de despejo, porque a renda da livraria já havia sido aumentada pelo proprietário recentemente.

O PROBLEMA É A LÓGICA QUE IMPERA

Estas situações, os bairros sociais da Amadora ou as colectividades em Lisboa, embora distintas, remetem para a mesma questão: o ordenamento das cidades e organização social baseados no lucro. O lucro dos proprietários (incluindo o Estado) fala mais alto que o direito à habitação e o acesso a espaços de convívio e cultura. Ao mesmo tempo, criminaliza-se qualquer manifestação de autonomia.

E face à lógica de lucro, coloca-se a questão natural de como combatê-la. A união das pessoas e colectivos ameaçados pode ser uma resposta eficaz, como no caso da Amadora em que os moradores se manifestaram na reunião pública mensal da CMA, no dia 26 de Março, trazendo alguma visibilidade aos seus problemas, que são tantas vezes silenciados. Ainda que as respostas por parte das autoridades sejam um simples encolher de ombros e promessas vazias de preocupação.

+ info:
Habita – Colectivo pelo Direito à Habitação: **www.habita.info**
Assembleia da Habitação: **adahabitacao.blogspot.pt**

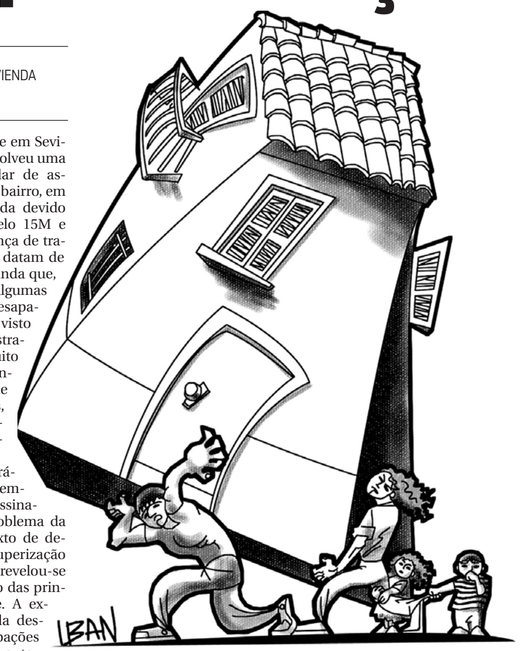
Ao fecho da edição do Jornal MAPA, um grupo de moradores cujas casas foram demolidas instalou-se na Igreja Matriz da Amadora, sem qualquer alternativa de sítio para dormir.
Perante esta situação, as propostas da Segurança Social da Amadora consistem no encaminhamento para abrigos nocturnos temporários e a disponibilização de bilhetes de transporte para a casa de familiares. O Colectivo Habita declara que, juntamente com os moradores, não aceitam nem aceitarão este tipo de soluções, acrescentando que *"continuarão a denunciar os crimes que estão a ser cometidos em Santa Filomena e em outros bairros da Amadora e a procurar soluções adequadas com a Igreja que os acolheu"*.

Corralas: ocupações populares de casas em Sevilha

Desde 2012 que a cidade de Sevilha assistiu a várias ocupações populares de casas: as corralas. Eis um pouco dessa experiência saída do movimento do 15M, através de um texto publicado no início deste ano no novo jornal local e anti-capitalista El Topo e uma reflexão escrita para o jornal MAPA depois do despejo da Corrala La Utopia. Uma história em curso que traz à actualidade, mais do que as adormecidas memórias das comissões de moradores do Abril português, a urgência de acordar e passar à prática quando ter uma casa implica ser-se refém dos bancos...

As assembleias de base e a luta pela habitação digna

IBÁN DÍAZ
EX-INTERCOMISIÓN DE VIVIENDA DE SEVILLA[1]
WWW.ELTOPO.ORG



Desde 2011 que em Sevilha se desenvolveu uma rede particular de assembleias de bairro, em grande medida devido ao estímulo trazido pelo 15M e também devido à herança de trabalhos e projectos que datam de um período anterior. Ainda que, desde aquelas datas, algumas assembleias tenham desaparecido e outras tenham visto os seus projectos frustrados, é preciso voltar muito tempo atrás para ver tanta gente, tão diversa e de bairros tão diferentes, coordenadas com objectivos de transformação social.

A maior expressão prática desta rede de assembleias foi um trabalho assinalável no âmbito do problema da habitação. Num contexto de desemprego massivo, pauperização e despejos, esta rede revelou-se decisiva na organização das principais vítimas da crise. A expressão mais conhecida desta rede foram as ocupações massivas e populares, auto-denominadas "corralas"[2], que se desenvolveram no último ano e meio na cidade e que se conseguiram estender para lá dos seus limites.

ATERRANDO NOS BAIRROS

Depois das manifestações massivas e das acampadas do 15M, o movimento que daí surgiu apresentava inicialmente reivindicações globais à volta da melhoria da democracia e críticas à classe política. No entanto, entrelaçado com a crítica ao sistema de democracia representativa, o movimento encontrou na vizinhança o espaço natural de militância, descentralizando-se em pequenas assembleias. Nestas, organizações prévias e discursos dos movimentos sociais sevilhanos encontraram-se com uma nova geração de activistas. Da mesma forma, a aterragem nos bairros populares fez com que as grandes reivindicações políticas enfrentassem as problemáticas locais e concretas, apresentando-se com maior urgência o tema do desemprego e da habitação Até ao momento, a intervenção na problemática do desemprego limitou-se a algumas assembleias e não teve toda a repercussão desejável. No entanto, o trabalho no âmbito da habitação deu resultados muito palpáveis. Desde 2011, o movimento a nível do Estado espanhol, aliado com a Plataforma de Afectados por la Hipoteca, virou-se para a luta contra os despejos. Sevilha não foi uma excepção nesse sentido e foram vários os despejos que foram travados naquele Verão. Aqui, a estrutura de assembleias de bairro serviu, desde o princípio, para contactar com os ameaçados pelo despejo e organizar a resistência ao mesmo. As acções deste tipo encontravam-se e encontram-se fortemente legitimadas e muitas delas foram seguidas massivamente pelos moradores, demonstrando a potencialidade da solidariedade popular.

DESCOLANDO COM A INTERCOMISSÃO DE HABITAÇÃO

Uma das estruturas informais mais significativas que se criaram no contexto do 15M sevilhano foi a Intercomissão de Habitação. Nela encontraram-se pessoas das diversas assembleias de bairro com activistas e organizações pelo direito à habitação que trabalhavam na cidade desde há muito. Depois dum início em que a urgência de parar os despejos não permitia ver a importância de melhorar a organização e as ferramentas disponíveis, em 2012 deu-se um grande salto em frente com a formação de uma rede de Pontos de Informação de Habitação e Encontro (Puntos de Información de Vivienda y Encuentro – PIVEs), apoiados nas assembleias de bairro. Em cada um desses escritórios, um advogado e um ou vários activistas aconselham as famílias. Hipotecados sob ameaça de despejo, inquilinos que não podiam pagar os seus alugueres ou pessoas que tinham perdido os seus lares e se encontravam praticamente na rua, passam por ali.

Desde que começaram a funcionar, o maior mérito destes espaços não foi proporcionar uma boa informação legal, que também aconteceu, mas propiciar ao afectados que se organizassem em grupos onde pudessem encontrar apoio e lutar por uma causa comum. A partir destes grupos proporcionou-se apoio moral, pressionou-se para conseguir o fim do pagamento através da cedência da habitação e realizaram-se campanhas para mudar as leis injustas. De um destes grupos surgiu a Plataforma de Afectados por la Hipoteca de Sevilha, em 2012, e de outro, no mesmo ano, surgiu a primeira ocupação colectiva e pública do movimento.

Em Maio de 2012, apoiadas principalmente pela assembleia do 15M do distrito de Macarena, 38 famílias ocuparam 4 edifícios desabitados, propriedade duma entidade bancária, ao que chamaram "Corrala La Utopía". O exemplo espalhou-se rapidamente e, a 5 de Junho, outras 5 famílias ocuparam a "Corrala Conde Quintana". Nos meses seguintes abriram-se mais quatro "corralas" no município de Sevilha e outras quatro na área metropolitana, alojando um total de 145 famílias, às quais se juntam múltiplas ocupações individuais e não publicitadas, que se apoiam na estrutura dos PIVEs e nas assembleias de bairro do 15M. Posteriormente, o modelo expandir-se-ia a outras cidades andaluzas, com pelo menos quatro ocupações massivas em Málaga ou com a ocupação dum bairro por 164 famílias em Huelva. Muitas destas "corralas" encontram-se hoje em situação precária, sem luz e sem água, outras foram despejadas e outras procuram uma forma de se regularizarem, seja negociando com o proprietário, seja procurando a intermediação da Junta da Andaluzia.

VOANDO PARA O FUTURO

Em dois anos, o movimento pela habitação em Sevilha, fundamentado nas assembleias de bairro, converteu-se numa referência importante e acumulou uma experiência de grande interesse. Conseguiu criar uma estrutura estável, a partir da qual se liga à população mais castigada pela crise e que, no melhor dos casos, permite que uma parte da mesma se organize. Para além disso, as acções levadas a cabo questionam a legitimidade dum sistema que protege a propriedade antes de proteger as pessoas e situa o debate na raiz do problema. No entanto, ainda há muito caminho para percorrer. O movimento cometeu erros e há-de aprender com eles. Muitas vezes actuou-se com precipitação e poucas vezes se pensou em estratégias a médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, o potencial é grande e os resultados conseguidos até ao momento não são poucos. O tempo dirá se as assembleias de bairro e as "corralas" são sol de pouca dura ou se, pelo contrário, se convertem numa referência política da cidade com uma verdadeira influência social.

[Pontos de Informação de Habitação e Encontro] Hipotecados sob ameaça de despejo, inquilinos que não podiam pagar os seus alugueres ou pessoas que tinham perdido os seus lares e se encontravam praticamente na rua, passam por ali.

1 Texto extraído do jornal El topo (nº 1) a partir do original "Las asambleas de base y la lucha por la vivienda digna en Sevilla"

2 Como referido no El Topo, trata-se do «nome com que se auto-denominam os grupos de famílias com problemas de habitação que, depois de esgotadas todas as instâncias que as administrações públicas põem à disposição do cidadão, e sem ter conseguido resolver o seu problema habitacional, decidem auto-organizar-se para chegarem a uma solução colectiva. Deste modo ocupam um dos milhares de blocos de casas que permanecem vazios desde há muito tempo e que estão nas mãos de empresas que faliram ou de bancos que foram resgatados ou nacionalizados, para assim exercer o seu direito a uma habitação digna tal como reconhece o art. 47 da Constituição Espanhola, fazendo prevalecer a função social da propriedade, e mais concretamente, das habitações.»

Corralas: ocupações populares de casas em Sevilha

Reflexões depois do despejo da Corrala Utopía

MACA E PABLO

A Luta pelo Direito à Habitação em Sevilha tem uma larga trajectória, mas foi nos últimos dois anos que teve um aumento especial. A 17 de Maio de 2012, um edifício vazio foi ocupado por várias famílias, a Corrala la Utopía, não tendo sido um acto isolado já que por todos os bairros da cidade se estavam a organizar Pontos de Habitação e Encontro (PIVES), onde, através das assembleias, era dado aconselhamento às famílias, com o colectivo a mobilizar-se na procura de soluções para a necessidade de habitação, para os despejos, para denunciar as situações de abusos, para prestar apoio emocional, etc. Em paralelo nasceu o Movimiento Andaluz por el Derecho a la Vivienda; necessitávamos unir forças a nível andaluz, já que a necessidade e as situações de precariedade eram as mesmas. Este movimento, que na Andaluzia se caracterizou, entre outros aspectos, por unificar a luta dos afectados e afectadas por despejos, quer fossem inquilinos, hipotecados ou pessoas que ocupavam. Assim, no seu seio, coordenaram-se diversas assembleias de bairro, grupos de STOP DESAHUCIOS, da PAH (Plataforma Afectados por la Hipoteca) e outros colectivos de base. Poderíamos, para precisar, definir duas linhas de trabalho através das quais este movimento se desenvolveu desde há mais de dois anos. Uma mais de acção directa, com bloqueios de vizinhos e vizinhas para evitar os despejos e pressionar os bancos e imobiliárias; assim como as ocupações colectivas de edifícios quer fossem de entidades financeiras como públicas. E a outra legalista, mais de mobilização e de campanhas coordenadas de reivindicação face às administrações, exigindo mudanças concretas na política da habitação, incluindo a luz e a água, de modo a travar a dinâmica de despejos que deixaram milhares de pessoas sem tecto e um número difícil de quantificar de suicídios.

Tudo isto fez com que à Corrala la Utopía tivesse o sucesso que teve, pois ficava demonstrado que a força e a unidade podia fazer com que se ocupasse um edifício vazio, propriedade da banca, demonstrando assim como a especulação e a usura dos bancos era combatida através da desobediência civil e da auto-organização das famílias. Foram várias as ocupações colectivas (corralas) que continuaram a dar-se tanto em Sevilha como pela sua província, assim como pelo resto da Andaluzia. Desta forma, pôs-se em cheque o governo andaluz (PSOE-IU) [coligação entre o Partido Socialista Obrero Español e a Izquierda Unida], em especial o Departamento da Habitação e Obras Públicas (IU), que não fez mais que seguir os passos que já tinham sidos dados pelos movimentos sociais, criando nas suas delegações centros de aconselhamento para as famílias, enfatizando e apoiando as mobilizações, já que não tinha nada com que contribuir.

No passado domingo, 6 de Abril, executando uma ordem do tribunal, um dispositivo policial de umas 20 carrinhas de anti-distúrbios procederam ao despejo das 22 famílias que viviam desde há 2 anos na Corrala Utopía, para devolver o edifício ao seu proprietário legal, o banco IBERCAJA. O despejo que se deu de forma "pacífica" (eufemismo mediático se não há feridos graves) ao apanhar de surpresa quem ocupava, decorreu com uma calma tensa que não evitou que a polícia nacional detivesse durante a manhã dois companheiros por protestar na rua contra o despejo, com as habituais acusações de atentado à autoridade, resistência, etc….

Os partidos políticos de esquerda e direita, a partir das administrações públicas e dos mass media, passam a partir desse momento a protagonizar definitivamente os últimos compassos do melodrama sobre as consequências da crise que, em torno desta emblemática ocupação, iam tecendo desde há algum tempo. Reprovações mútuas entre administrações, demagogia política sobretudo da Izquierda Unida e um assistencialismo deficiente a despejados e despejadas, pois apenas uma parte foi realojada em apartamentos públicos, obscurecem a origem das corralas, do movimento de luta que as engendrou e quais são as reivindicações que hoje em dia seguem de pé.

O resultado foi díspar e faria falta uma análise mais profunda das causas, o que agora mesmo pode ser precipitado. De qualquer forma, é evidente o cansaço e a necessidade de reflexão. A linha da acção directa acarreta um desgaste repressivo difícil de manter, pois são muitos já os imputados por distintos delitos. A outra pode submergir-se num discurso possibilista, onde os partidos jogam com vantagem, perdendo-se num labirinto de leis. Em qualquer caso, são inegáveis os resultados no caminho percorrido. Por um lado, a luta nos bairros criou experiências colectivas de resistência que permanecem latentes quando não se encontram realmente vivas. Por outro, a mobilização contra as administrações, na Andaluzia contra o governo na Junta do PSOE e da IU, marcou a agenda política sobre a questão da habitação, tomando medidas boa face à opinião pública e manipulando com os seus meios, como sempre, mas tornando visível o conflito bem mais além do que teriam desejado.

O caminho continua aí, à espera, já que as condições de exploração e alienação às quais nos submetem diariamente continuarão a apelar para que unamos forças para abrir espaços de confrontação e apoio mútuo. Um abraço fraternal desde Sevilha.

> No domingo, 6 de Abril, executando uma ordem do tribunal, um dispositivo policial de umas 20 carrinhas de anti-distúrbios procederam ao despejo das 22 famílias que viviam desde há 2 anos na Corrala Utopía, para devolver o edifício ao seu proprietário legal, o banco IBERCAJA.

A primavera bósnia

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Manifestação em Sarajevo, na faixa pode-se ler: "A minha nação é a liberdade"

No início dos anos 90, as potências ocidentais iniciavam a guerra pelo domínio dos novos territórios que a queda do império soviético deixava disponíveis. Pense-se em guerra não apenas como um fenómeno bélico. Pense-se como diplomacia, influência, dependência económica, colonização. Mas pense-se em guerra também como é costume pensar-se nela. Com armas e mortes. No primeiro tipo de pensamento, surgirá, por exemplo, a Polónia. No segundo, o mais certo é a Bosnia-Herzegovina.

Tal como nas regiões mais a norte, também aqui a primeira grande resposta à queda da chamada "cortina de ferro" foi uma vaga de declarações de independência. A unidade jugoslava, engendrada por Tito, desfazia-se perante as exigências da Eslovénia, primeiro, e da Sérvia e da Croácia, depois. Na Bósnia, o caso tem particularidades importantes. Existem zonas com maiorias culturais diferentes. Uma maioritariamente católica e de ascendência croata, uma outra essencialmente ortodoxa e de ascendência sérvia e, finalmente, por escolhas da História, uma outra parte maioritariamente muçulmana. Ora, as áreas croatas e sérvias declararam deixar de pertencer à Bósnia. Não propriamente para serem independentes, mas para se unirem às suas respectivas "pátrias mãe".

Incêndios em edifícios governamentais

UMA GUERRA PROVOCADA

Sendo que as zonas com determinadas maiorias não eram geograficamente contínuas nem necessariamente coladas ao país ao qual se queriam unir, o reconhecimento apressado das independências por parte da comunidade internacional acabou por criar a necessidade de que essas zonas passassem a ser contínuas e contíguas. À força se necessário fosse. E foi. O desmembramento duma economia era demasiado apetitoso para que o ocidente pensasse nas consequências. O FMI entrou em 1989, a rapina podia começar.

Claro que se pode pensar que, num caso assim, não há culpa para além da negligência. Mas isso seria considerar apenas o lado mercantil da tomada de posse dos territórios disponíveis. Lembremo-nos de que a nova arquitectura mundial deixava obsoletas algumas estruturas criadas para a guerra fria, nomeadamente a NATO. Seria lógico que uma aliança militar feita para combater um determinado inimigo se dissolvesse mal a guerra fosse ganha. Mas o domínio mundial não tem apenas um braço económico. E o militar não queria deixar de existir. Era preciso um novo papel, uma nova legitimação. E uma guerra tão sangrenta, desumana e próxima como a da Bósnia, com as suas inegáveis urgências humanitárias, era uma oportunidade demasiado boa para ser desperdiçada. A comunicação social criou o inimigo, os sérvios, e a NATO entrou para salvar os "bons".

> A rapina, com a receita típica do FMI, instalou-se, num habitat político cuja estrutura resultante dos acordos de Dayton, composta por dezenas de governos e milhares de cargos, potencia a corrupção.

Dois exemplos que podem ajudar a que alguém se digne a considerar esta hipótese de a guerra da Bósnia, mais do que mero negócio que correu mal, ter sido uma guerra patrocinada e alimentada pelo ocidente:

O primeiro, o facto de os acordos de Dayton, que puseram fim à mortandade, serem uma cópia muito pouco alterada duma proposta feita no início da guerra (por um diplomata, por acaso português, chamado José Cutileiro) que, tendo os mesmo defeitos que Dayton, poderia, afinal ter poupado meia década de chacina. Assim se tivesse querido. Não o quis o ocidente e a proposta foi rejeitada pela parte muçulmana, basicamente graças ao poder de influência dos EUA.

O segundo, o facto duma aliança de defesa contra a ameaça soviética se ter tornado numa organização de resposta a crises humanitárias apenas durante a ausência dum inimigo visível – que acabou por surgir com o 11 de Setembro. E, hoje, a NATO já não é uma agência humanitária. É uma agência de contra-terrorismo.

Para além de que, mais do que o mero desmembramento, a destruição duma economia é uma oportunidade de negócio ainda maior, ou não fossem os braços económico e militar partes dum mesmo corpo. E assim foi nos anos que se seguiram ao fim da guerra. A rapina, com a receita típica do FMI, instalou-se, num habitat político cuja estrutura – resultante dos acordos de Dayton –, composta por dezenas de governos e milhares de cargos, potencia a corrupção. Uma economia à mercê do apetite do mercado e um país à mercê da voragem da indústria da reconstrução em trabalho de proximidade com milhares de políticos corruptíveis.

"Na Bósnia-Herzegovina, essa política começou por volta de 1989, sob os auspícios do FMI e do Banco Mundial – lembremos que o economista-chefe deste último era na altura Joseph Stiglizt, hoje reciclado em mentor de uma esquerda à procura de mentores. Nesses anos, as privatizações e as restruturações despediram então centenas de milhares de proletários, transformados a seguir em presas fáceis da carnificina inter-étnica da década de 90. Os acordos de Dayton, em 1995, puseram fim ao massacre e selaram o processo de desmembramento do país em entidades nacionais, tão fáceis de governar como de pilhar pelos diversos clãs nacionalistas que se constituíram como novas classes dirigentes. Tudo sob a protecção de centenas de burocratas e funcionários internacionais, bem como de milhares de representantes de ONG, todos encarregados de assegurar o respeitável «negócio da paz», e generosamente remunerados para isso"[1]. Assim foi a Bósnia entre o fim da guerra e Fevereiro de 2014.

A PRIMAVERA BÓSNIA

Os trabalhadores de algumas fábricas privatizadas (como Dita, Polihem e Konjuh) estavam, há muito tempo, a protestar pacificamente por razões relacionadas com as privatizações, em alguns casos contra o próprio encerramento da empresa. A 5 de Fevereiro de 2014, a juventude, os desempregados e outras pessoas juntaram-se e o protesto começou rapidamente a escalar. No dia seguinte, a revolta já se tinha espalhando, havendo notícias de Tuzla, Sarajevo, Zenica, Mostar e Biha, algumas das maiores cidades do país, com a grande parte dos confrontos violentos e dos fogos a acontecerem na sexta-feira, dia 7 de Fevereiro.

As pessoas tinham ultrapassado a ideia de pertença étnica, tinham percebido que o nacionalismo mais não tinha sido do que uma forma de as porem umas contra as outras para possibilitar a ascensão duma nova classe dominante. E tinham, finalmente, compreendido que o que as une, das dificuldades aos sonhos, é igual para as gentes a quem os lucros e a geoestratégia, independentemente da sua nacionalidade, tiram o sangue e a vida. "As nossas elites trataram as pessoas comuns como animais de circo parvos que apenas precisam de ser adequadamente treinados. Viram-se como treinadores com licença para fazerem connosco o que quisessem. Em tempos, de facto, começámos a tornar-nos em animais selvagens. Humilhados e abusados, a nossa dignidade, sistematicamente destruída, agora tem sede de vingança e brutalidade em relação aos nossos abusadores" [2]

Enquanto houve sedes governamentais a arder e confrontos com a polícia, ainda se ouviu falar da Bósnia nos meios de comunicação. Depois, com o acalmar da situação nas ruas, o tema foi abandonado. Precisamente quando começou a ficar realmente interessante. A população passou da contestação à criação dum contra-poder, os *Plenums*, plenários ou assembleias, onde se discutiam problemas e exigências e se formulavam respostas e soluções. E, se é verdade que chegaram, como aconteceu em Tuzla, a mimetizar o funcionamento do governo, não é menos verdade que as reivindicações se foram radicalizando e que os *Plenums* conseguiram realmente ter influência prática e concreta no dia a dia. Destituindo governos, alterando leis, diminuindo os ordenados e as regalias dos governantes, conseguindo a libertação de manifestantes presos e a demissão de políticos corruptos, alguns dos quais substituídos por pessoas "sem partido", eleitas nos plenários.

Mais do que estes resultados e da beleza de ver a consciência nacional substituída pela consciência de classe, o surgimento (e o funcionamento) destes *Plenums* é o traço realmente entusiasmante do levantamento bósnio. Porque, mais do que contestação e mais do que resultados relativamente populistas, é de toda uma proposta que se trata. Uma nova forma para organizar a sociedade, pensada de baixo para cima. Uma espécie de democracia directa, baseada em assembleias populares (onde todas as pessoas têm poder e voz iguais), com um governo meramente técnico que executaria as decisões tomadas por essas assembleias (e que seria destituído se não o fizesse). Concorde-se ou não com a proposta, é inegável que os *Plenums* são muito mais do que uma mera organização da contestação.

> As pessoas tinham ultrapassado a ideia de pertença étnica, tinham percebido que o nacionalismo mais não tinha sido do que uma forma de as porem umas contra as outras para possibilitar a ascensão duma nova classe dominante.

No final de Março, a repressão intensificou-se. Detenções, acusações, despejos, processos judiciais, porrada. Se, antes, era difícil receber notícias da Bósnia, agora ainda o é mais. Mas, independentemente de como estejam as coisas, independentemente de quem está, neste momento, a ganhar, há vitórias que já não se perdem tão facilmente. As redes de solidariedade e luta criadas nos plenários, o abandono do nacionalismo, a consciência da força colectiva e a experiência de poder popular auto-organizado são coisas que podem e devem ficar para durar.

1 Jorge Valadas, A Receita Bósnia, 30 março 2014 –http://goo.gl/mvTXlu

2 Dejan Vuković Snapshots from Banja Luka: Why a Social Revolution is imminent, 13 março 2014 - http://goo.gl/IVssnU

Links originais
http://bhprotestfiles.wordpress.com/2014/03/15/snapshot-from-banjaluka--why-a-social-revolution-is-imminent/comment-page-1/

http://viasfacto.blogspot.pt/2014/03/a-receita-bosnia.html

Gulbenkian, filantropia e petróleo

Filantropia é um termo de origem grega que significa "amor à humanidade". Diz-se que Gulbenkian foi um filantropo. Mas não se diz que criou uma corporação petrolífera bem-sucedida, ainda hoje detida na totalidade pela sua Fundação.

HUMA

GRANADO DA SILVA

O termo "filantropia" foi criado por um imperador Romano, no ano de 363, pois achava que o "amor à humanidade" era a característica principal das suas atividades, como sinónimo de caridade.

A Fundação Calouste Gulbenkian, anunciada no Portal de Filantropia, apresenta-se como "criada por disposição testamentária de Calouste Sarkis Gulbenkian. Com um património de 3 mil milhões de euros, atua através de projetos próprios ou em parceria em áreas como a arte, a filantropia, a ciência e a educação distribuindo subsídios, bolsas e apoios. Tem delegações em Paris e em Londres, cidades onde Calouste Gulbenkian viveu. Em Lisboa, tem o Museu Calouste Gulbenkian, o Centro de Arte Moderna, uma biblioteca de arte, orquestra e coro como principais polos de irradiação da sua atividade cultural." O site refere ainda que "Calouste Sarkis Gulbenkian era um generoso filantropo (...) no seu testamento (1953) deixou bem expresso o seu carácter de filantropo ao legar boa parte da sua fortuna à fundação que quis instituir."[1]

O amor à humanidade não é filantropia. Podemos ver por quem criou o termo. E também pelo exemplo de filantropia distribuído por Gulbenkian e o seu legado. A Partex Oil and Gas talvez terá sido uma das razões pela qual Gulbenkian enveredou pela filantropia. Mas o que tem Gulbenkian a ver com uma petrolífera?

Retiramos este excerto do site da Corporação: "A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição privada portuguesa de utilidade pública. Os seus fins estatutários estão no campo das artes, caridade, educação e ciência. Criada pelas premissas estabelecidas numa cláusula do testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian, os estatutos da Fundação foram aprovados em 1956. Os seus principais ativos eram a coleção de arte de Calouste Gulbenkian e os seus interesses internacionais no petróleo, principalmente a participação de 5% na Iraq Petroleum Company (…) A Fundação detem 100% da Partex Oil and Gas Group Companies"

Apesar da Fundação não fazer segredo disso, poucos são os que sabem da origem dos fundos da Fundação Gulbenkian. As coisas foram mudando quando se começou a ter conhecimento que a Partex é uma das corporações que investe na exploração de gás e petróleo em Portugal. No site da corporação ficamos também a saber que investe em explorações em Angola, Argélia e Brasil.

Sobre a exploração em Portugal pouco se sabe. O secretismo da corporação segue fielmente o modus operandi do seu fundador. Sabe-se, no entanto, que foram identificados gás de xisto, reservas pré sal, tight gas e fontes " não convencionais".

Este anunciado "novo petróleo" ou gás natural "não convencional" só é possível com a tecnologia que saiu das explorações Tar Sands (areias betuminosas) no Canadá: um "bom exemplo" do comportamento agressivo das corporações petrolíferas ainda hoje. As técnicas necessárias e implicadas como a Fractura Hidráulica e Prefuração Horizontal vêm multiplicar os efeitos nocivos já conhecidos da indústria petrolífera. O investimento em investigação, testes tecnológicos, matéria prima para novas tecnologias, nas infra-estruturas, no lobbying, na propaganda, nos subornos, etc., será refletido negativamente para o consumidor no preço das "energias". O impacto negativo no ar, na água e na sociedade é já conhecido nos locais onde existem explorações como as pensadas e previstas para Portugal. E vários grupos de cidadãos e ONG ambientalistas, dos direitos humanos e dos direitos dos animais já confrontam as corporações e os seus governos com o impacto das operações para extrair gás e petróleo das chamadas "Oil Shale" (areias betuminosas, gás de xisto, pré sal, etc…).

Em Portugal a Fundação Gulbenkian é a solução para muitos investigadores nas áreas da ciência e da arte, sendo aproveitados como saída profissional para os interesses financeiros da Partex Oil and Gas. O presidente da Partex é António Costa Silva, professor no Instituto Superior Técnico de Lisboa. Todos no concelho de administração da Fundação passaram ou estão em actividade na Partex Oil and Gas.

> **Todos no concelho de administração da Fundação passaram ou estão em actividade na Partex Oil and Gas**

GULBENKIAN E PETRÓLEO

Podemos ler em"Caloust Gulbenkian; uma reconstituição" de Francisco Corrêa Mendes[2] como "o jovem arménio (Gulbenkian) tinha muitos interesses e curiosidades múltiplas e interdisciplinares, nenhum se comparava com o petróleo! E eram, fundamentalmente, três as razões para isso. A primeira, a grande intuição do grande futuro daquele produto; a segunda, a de que se tratava do negócio da família e o melhor de todos eles; a terceira, a sua forte convicção de que havia um mar de petróleo para descobrir no imenso Império Otomano. (...) Outras das importantes áreas das cogitações de Gulbenkian foi, portanto, a económica."

"Era a miragem do enriquecimento súbito que punha as multidões em movimento: fora assim no ouro da Califórnia, do Canadá ou da Austrália, fora exatamente assim com o petróleo de Oil Creek e de Bacau. Calouste "desgostava-se" com esta "fase" – mesmo que indispensável – e com o tumulto a que se assistira na Pensilvânia ou no Azerbeijão. Tinha uma aversão instintiva à "populaça…". "J. D. Rockfeller completava o "quadro de valores" americano com essa compaixão pelos pobres que faz da americana a mais filantrópica sociedade do mundo e aquela também que maior necessidade produz dessa filantropia! De facto uma das eminentes características de Rockfeller foi também a completa ausência de escrúpulos nos negócios e a crueza com que esmagava impiedosamente quem ousasse atravessar-se nos caminhos da construção do seu império. Curioso paradoxo! Sempre pronto a proteger, a amparar, a salvar, os "filhos da desgraça"; sem hesitações nem réstia de misericórdia a lançar na "desgraça os filhos" daqueles que arruinava"

Gulbenkian seguiu os "quadros de valores" de filantropos petrolíferos como Rockfeller. A história da indústria do petróleo é a mesma para todas as corporações, para todos os investidores. Gulbenkian, além de não fugir à regra, foi um dos "grandes homens" do mundo petrolífero. Como todo o "bom capitalista" não olha a meios para atingir os seus fins. Conhecido em Portugal pela sua fundação filantrópica, pela sua coleção de arte, e pelo apoio científico, a verdade sobre Gulbenkian é disfarçada com um véu de nostalgia.

Gulbenkian foi empreendedor na Turkis Petroleum Company, mais tarde Iraq petroleum Company. Em 1928, Gulbenkian entrou num contrato celebrado entre a Royal Dutch Shell, Anglo Persian (agora BP), Companie Française des Pétroles (agora Total) e a Near Develoment Company (agora Exxon/Mobil). O grupo resultante desse contrato acaba por criar o "Red Line Agreement" que teve grande influência no futuro desenvolvimento das reservas petrolíferas no Médio Oriente e que levou diretamente ao presente interesse da Partex oil and Gas nos Emirados Àrabes e em Omã. Gulbenkian responsabiliza-se ainda pelo envolvimento da indústria petrolífera no México e na Venezuela. Os problemas entre a indústria das energias e as populações são ancestrais e actuais, as consequências são várias e bem documentadas. Gulbenkian estava no lado dos opressores, apoiando a declaração actual de Warren Buffet: "Existe guerra de classes, claro, mas é a minha classe, a classe dos ricos, que a fazemos, e estamos a ganhar."[3]

Em Portugal a Partex Oil and Gas tem uma participação de 20% off shore na Bacia de Peniche, juntamente com a Petrogal (30%) e Petrobrás (50%). As técnicas de exploração são para extração "não convencional". E apoia todas as investigações diretamente ligadas à exploração petrolífera.

> **A Gulbenkian tem actualmente o seu Biotério, onde vários animais são criados para testes**

ANIMAIS, PETRÓLEO E GULBENKIAN

HUMA

Como empreendedor, Gulbenkian influenciou enormemente o desenvolvimento petrolífero no Médio Oriente.

Só o negócio do petróleo e suas consequências no ecosistema e na vida dos animais não humanos e humanos é suficiente para o recusar como um dos pilares da sociedade humana. Mas falemos das consequências nos animais não humanos. É conhecida a pretensão da Gulbenkian construir um Biotério (centro de criação de animais para testes), juntamente com a Champalimaud. Grande parte dos testes são para cancros, e grande parte dos quais aumentaram ou surgiram depois da Revolução Industrial, instigada pela indústria do petróleo e seus subprodutos. A Shell utiliza animais para testar os seus produtos, utilizando a Huntingdon Life Sciences, conhecida por várias violações dos direitos dos animais. A American Petroleum Institute, que pagou à HLS para testar petróleo, sofreu uma forte campanha por parte da SHAC (Stop Huntingdon Animal Cruelty). E a Gulbenkian tem actualmente o seu Biotério, onde vários animais são criados para testes. Os ratos são os mais rentáveis, pelo que a Gulbenkian está no programa EMMA (European Mouse Mutant Archive), onde os preços dos ratos podem atingir 3.000 euros. Apoia ainda a investigação em organismos genéticamente modificados, utilizando-a para "fabricar" os animais transgénicos para as suas experiencias.

Numa altura em que a população mundial procura uma nova direção, que tipo de cultura queremos deixar para as gerações futuras? Crescemos, aprendendo quais são os valores e quem são os valorizados. Escolhemos entre os que a nossa cultura divulga. Mais tarde podemo-nos cruzar com uma cultura alternativa. O petróleo, as escolhas de Gulbenkian e o "laisse fair" político e cultural impedem que o mundo mude para melhor.

Quanto vale a arte? Quanto vale a Filantropia? Quanto vale a Gulbenkian?

Quanto vale o gás e petróleo? Quanto vale a Troika? Quanto vales tu?

1 www.gulbenkian.pt e portaldafilantropia.org

2 Francisco Corrêa Guedes "Calouste Gulbenkian: uma reconstituição", Lisboa : Gradiva, D.L. 1992

3 Afirmações do multimilionário americano Warren Buffett numa entrevista ao jornal "New York Times" em 2006.

Queres receber o jornal MAPA por correio a cada edição numa morada?

Consulta a tabela de preços em www.jornalmapa.pt

ou envia os teus dados (Nome // Morada) para: assinaturas@jornalmapa.pt

Dados bancários para transferências:

ASSOCIAÇÃO MAPA CRÍTICO

NIB: 0035 0774 00143959530 98

©RTEMIA

Os ventos ocultos da energia eólica

JOSÉ PAULO RAMALHO

1. BREVE HISTÓRIA DAS TURBINAS EÓLICAS

O aproveitamento da energia eólica remonta aos primórdios da humanidade, mas só no final do século XX se tornou, para o vigente sistema económico, competitivo como forma de produzir electricidade[1].

A partir de 1995 e até ao corrente ano de 2014[2] deu-se a instalação maciça de aproveitamentos eólicos devido à conjugação, por um lado, do aumento do consumo energético com o esgotamento dos combustíveis fósseis e consequente aumento do preço da energia, e, por outro, da consciencialização para as alterações climáticas materializada no Protocolo de Quioto, que determina limites para as emissões de gases com efeito de estufa. Este cenário favoreceu os recentes desenvolvimentos e a expansão dos parques eólicos, que hoje já pesam 10% na electricidade europeia[3], estimando-se que venham a pesar 20% em 2030.

A maioria destes empreendimentos está localizada nas cumeadas florestais. Juntam-se aqui as condições ideais: baixo valor monetário dos terrenos, vento abundante e afastamento das populações. Mas, em contrapartida, altera-se a paisagem natural para um cenário industrializado e invadem-se os últimos redutos da vida selvagem. A avifauna mais ameaçada, como as águias, grifos, corvos, cegonhas ou morcegos, fica particularmente exposta a este perigo inusitado.

Segundo inúmeros estudos de monitorização, as turbinas eólicas são comprovadamente nefastas para os habitats protegidos. Está demonstrado que a mortandade é uma consequência de as turbinas serem colocadas nos habitats avifaunísticos de nidificação, repouso, caça ou como barreira nas rotas habituais. Como os cumes das serras já eram irresistíveis para os empresários e políticos, a investigação académica[4] e a indústria[5] reforçaram esta tendência. A pesquisa e o desenvolvimento de soluções fora-de-costa têm provocado problemas ainda mais graves[6] e as soluções tendentes à implantação de eólicas em ambientes industriais ou de baixa pressão urbana não passam de pequenos devaneios de ordem estética[7]. No entanto, estas seriam as localizações mais adequadas, tendo em conta os impactos geológicos e geomorfológico nos recursos hídricos, na ocupação e capacidade de uso do solo, na flora, fauna e biótopos, na paisagem, no ambiente sonoro, sem incumprir os instrumentos de ordenamento territorial nem destruir o património e, de maneira geral, sem aumentar a pegada humana no planeta.

E assim se chegou à situação actual: os aerogeradores parecem uma boa ideia e são apontados como tendo o mais curto retorno da energia despendida e o menor impacto ambiental[8] face a qualquer outra opção. No entanto, a sua implementação tem-se revelado desastrosa para a natureza: mortandade directa da avifauna por choque ou por barotrauma (hemorragias internas provocadas pelas ondas de pressão), efeito barreira, perda e fragmentação de habitats, alteração dos padrões migratórios, redução do número de aves, diminuição da reprodução, maior intrusão humana com impactos na fauna e flora e impactos cumulativos das suas linhas de alta tensão[9].

Está demonstrado que a mortandade é uma consequência de as turbinas serem colocadas nos habitats avifaunísticos de nidificação, repouso, caça ou como barreira nas rotas habituais.

2. A SITUAÇÃO DE ILEGALIDADE ACTUAL

Avisa-se desde já que estamos a entrar num território sem lei. Em primeiro lugar, por estarmos a falar da mudança do paradigma energético de base fóssil para o renovável, ou seja, o fim do motor de combustão e a emergência do rotor elétrico[10]. Além disso, até agora não se impunha discutir o direito de propriedade do vento ou do sol. Mas a partir do momento em que estes se tornam bens valorizados, passa a haver discussão sobre a sua posse. Esta mudança levanta questões legais imprevistas, por onde circulam os poderosos grupos do sector energético.

Este é o cenário global, mas há uma grande diferença entre o caso norte-americano e o europeu. Nos Estados Unidos da América a propriedade dos recursos naturais é, por norma, atribuída ao dono dos terrenos, ao passo que na Europa é o Estado que habitualmente detém a posse sobre os recursos naturais. Esta é a principal causa apontada para que a rejeição dos empreendimentos eólicos seja mais acentuada na Europa, onde já existem mais de 600 pequenos grupos de oposição, que crescem dia após dia[11].

Na Europa, ainda assim, existem algumas diferenças de país para país[12]. Na costa norte da Alemanha, desde os anos 80 promove-se a energia eólica recorrendo a projectos privados, cívicos e cooperativos que remuneram os próprios habitantes dos locais afectados. Neste caso, foi o resto do país que reagiu contra a densa paisagem energética, falando-se de «loucura eólica», como noticiou o semanário *Der Spiegel*.

Em Portugal é o Estado que centraliza as decisões. A promoção das energias renováveis derivou sempre da cúpula do poder, especialmente em 2005 (Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2005), ano em que se determinou a aposta fundamental na energia eólica. Os concursos públicos trazem decisões previamente detalhadas e isso transformou os estudos de impacto ambiental em meros instrumentos políticos[13]. Desde o início da corrida ao vento, em mais de 200 casos só 5 projectos foram travados por questões ambientais. Os estudos de monitorização ficam abaixo do exigível. As medidas de mitigação, quando existem, são irrisórias. A Avaliação Ambiental Estratégica está inquinada pelas mesmas orientações[14].

Em Portugal é o Estado que centraliza as decisões. A promoção das energias renováveis derivou sempre da cúpula do poder, especialmente em 2005, ano em que se determinou a aposta fundamental na energia eólica.

Em todos estes casos existe sempre o mesmo binómio entre quem promove e quem se sente prejudicado com a decisão. Os urbanistas chamam-lhe ironicamente «fenómeno NIMBY (Not in my backyard)», reacção de oposição às obras públicas com benefícios difusos e prejuízos locais. Este fenómeno pode ser ligeiro, moderado ou arrastar-se nos tribunais durante anos. Pode ter uma base de desconfiança, de ignorância, de justiça, de egoísmo ou uma mistura personalizada destes vários aspectos. As turbinas eólicas repetiram este clássico fenómeno reactivo, acentuado pela falta de informação ou diálogo e pela pressa com que tudo tem sido feito. Assim, à medida que a energia eólica ganha terreno, é natural que cresça a contestação, pois a paisagem é fruto de um processo social aberto ao desenvolvimento e cruzamento de pontos de vista, locais e distantes, de pessoas e instituições, de tecnologias e práticas administrativas[15]. Ter opinião, expressá-la, defender direitos ou condenar comportamentos inaceitáveis, é uma parte legítima desse processo.

3. O QUE DEVEMOS FAZER AGORA

Não cabe aqui questionar o papel das energias renováveis no paradoxo energético global. O padrão de desenvolvimento das sociedades ditas «civilizadas» tem-se pautado pela delapidação dos recursos naturais e isso continua a ser a norma, também no verde campo das fontes de energia renováveis: os biocombustíveis levantam sérios problemas, inerentes às monoculturas transgénicas, a biomassa florestal prepara-se para arrasar os últimos recursos para regeneração dos solos, as hídricas, as fotovoltaicas e as eólicas tenderão sempre a esticar a corda do lucro e dos impactos ambientais[16]. Esta problemática tem origem no elevado nível de consumo energético promovido durante um século de petróleo barato e a solução terá de passar pelo decrescimento energético pessoal, com ou sem crise a «ajudar».

Mas enquanto não se alcança a utopia do consumo responsável, devemos acautelar que não se ameace ainda mais a vida selvagem.

Deve-se exigir a definição de zonas de exclusão[17] de aproveitamentos energéticos, por forma a garantir que a fauna e a flora em risco não tenham aqui a sua extinção. A monitorização deve ser a regra habitual e deve ter credibilidade científica. Deve ser exigida a publicação dos resultados, que interessa a todos, por forma a reduzir a erosão da confiança social nas instituições e, simultaneamente, a criar histórico para ampliar o conhecimento e melhorar as práticas.

Finalmente, todos devemos despertar para a vigilância diária dos nossos bens públicos e diligenciar para que todos os projectos sujeitos a Estudos de Impacto Ambiental respeitem a obrigação de operar apenas durante o tempo previsto e reponham as condições naturais após o seu desmantelamento – condição inerente a qualquer projecto sob Avaliação de Incidências Ambientais.

A história da energia eólica, longe de ser verde, lembra-nos outros ecocídios cometidos no século XIX, quando se dizimaram os tigres de Bengala para tapetes, as martas para casacos ou os elefantes para marfim. Nessa altura não se soube defender a vida selvagem. Agora, dois séculos depois, são as águias que estão em perigo. É nosso dever individual agir para que a história não se repita e para que esta mensagem se propague: energia eólica sim, mas longe das águias e dos habitats de preservação da vida selvagem. Talvez então esta história possa ter um final feliz.

1 Ver Wind Power, na Wikipedia.

2 Consultar, por exemplo, dados da EWEA – European Wind Energy Association.

3 Idem, EWEA.

4 Ver Teresa Esteves, Base de dados do potencial energético do vento em Portugal - Metodologia e desenvolvimento, 2004, ou Paulo Costa, Atlas do potencial eólico para Portugal continental, 2004.

5 Ver os sites Enercom, Vestas, Gamesa ou Nordex.

6 Os custos iniciais dos investimentos *off-shore* obrigam a uma escalada de potência e impacto dos parques. Os efeitos nefastos na vida marinha, nas rotas migratórias e na navegação marítima são amplamente conhecidos.

7 A título de exemplo veja-se a incipiência do estado-da-arte no site www.urbanwind.org, galardoado pela U.E.

8 William Cameron Weimar, Land Use, Land Conservation, and Wind Energy Development Outcomes in New England, 2011.

9 Travassos et al., 2005.

10 A este respeito, recomenda-se a leitura do livro de Thom Hartmann, As Últimas Horas da Antiga Luz do Sol (Sinais de Fogo, Lisboa, 2002).

11 EPAW – European Platform Against Windfarms.

12 Nadai et al., Une comparaison de l'émergence de paysages éoliens en France, Allemagne et Portugal, 2010.

13 Susana Amaral, Análise comparativa da avaliação de parques eólicos em Portugal, 2009.

14 Veja-se, a título de curiosidade, a omissão de matérias ambientais em Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional Competitividade e Inovação, Fevereiro de 2014.

15 Nadai, 2010.

16 Leia-se, a este respeito, sobre o conceito de energetic sprawl (disseminação energética), que se debruça sobre a necessidade crescente de espaço para captação de energia.

17 Weimar, op. Cit.

(...)os biocombustíveis levantam sérios problemas, inerentes às monoculturas transgénicas, a biomassa florestal prepara-se para arrasar os últimos recursos para regeneração dos solos, as hídricas, as fotovoltaicas e as eólicas tenderão sempre a esticar a corda do lucro e dos impactos ambientais

Muito Alta Tensão ameaça Norte e Galiza

O projecto para a construção de uma linha eléctrica de Muito Alta Tensão (MAT) desde Fontefria, na Galiza, até Vila do Conde, tem motivado desde o início do ano diversos protestos entre as populações de ambos os lados da fronteira. O traçado previsto atravessa 121 freguesias dos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, incluindo a maioria dos municípios do Alto Minho: Monção, Melgaço, Valença, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Ponte de Lima. Esta linha de MAT será uma das mais potentes em território português (400 KVs), deixando as populações residentes nas zonas circunscritas alarmadas com os impactos nocivos para a saúde, fauna e flora, assim como para o património natural.

URSULA ZANGER

JULIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

Na aldeia de Gemieira, Ponte de Lima, estão previstas pelo menos cinco torres de 75 metros de altura e uma área de implantação de 200 metros quadrados, além de margens de segurança de 45 metros para cada lado. Os habitantes de Gemieira e Refóios realizaram já várias acções de protesto e sessões de esclarecimento contra a "linha da morte" em relação ao projecto da REN (Rede Eléctrica Nacional), perante a ausência e o silêncio da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Na Gemieira, o traçado previsto coloca a linha na proximidade de 20 habitações, de um aglomerado de 14 moinhos, de áreas de produção agrícola e de uma ecovia. Há vários meses que os populares "se dizem dispostos a tudo" para travar a passagem da linha pela aldeia. Foi várias vezes apontado o boicote às eleições europeias como forma de protesto, tendo o mesmo vindo a concretizar-se no passado dia 25 de Maio, quando mais de uma centena de populares de Gemieira impediram a entrada de membros da mesa, na sede da Junta de Freguesia, onde estava instalada a urna de voto.

Em Monção, os habitantes das diferentes freguesias só foram informados sobre as intenções da REN e o traçado da linha no final do mês de Dezembro de 2013, através de extensa documentação enviada pela Agência Portuguesa do Ambiente, apesar da elaboração do projecto ter começado no início de 2011. O prazo para a consulta pública do EIA (Estudo de Impacto Ambiental)[1] estava inicialmente previsto terminar a 13 de Fevereiro de 2014, data-limite para que a população se pronunciasse sobre o projecto. Este estudo, encomendado à empresa Ws Atkins, apresenta os impactos negativos na fauna e flora de forma amenizada, dando a entender que podem ser minimizados e reversíveis, mesmo se a construção desta linha eléctrica ameaça várias espécies protegidas, como é o caso do lobo, ou a possível extinção de aves migratórias em todo o Alto Minho, além da desfiguração de extensa paisagem natural. Não foi efectuado qualquer estudo sobre os impactos na saúde das populações.

Na aldeia de Gemieira, Ponte de Lima, estão previstas pelo menos cinco torres de 75 metros de altura e uma área de implantação de 200 metros quadrados, além de margens de segurança de 45 metros para cada lado.

Também em Barcelos o traçado previsto atravessará 63 freguesias do Concelho (segundo a divisão administrativa anterior), tendo motivado já contestação popular e mesmo institucional quando, em Fevereiro passado, a Câmara Municipal aprovou uma moção de "rejeição absoluta" do traçado proposto, declarando que "usará todos os meios à sua disposição" para o "travar".

Minho e Galiza estão unidos nesta luta e fizeram já algumas manifestações conjuntas. A última aconteceu no passado dia 27 de Abril na ponte internacional de Melgaço, onde foi cortado o trânsito automóvel, no culminar das duas manifestações que partiram em simultâneo de Melgaço e Arbo, exigindo o enterramento da linha e denunciando os efeitos negativos na saúde, no ambiente e nas economias locais. De ambos os lados da fronteira, as autoridades responsáveis pelo projecto são acusadas de terem decidido tudo "sem virem ao local", "a partir de Lisboa e de Madrid".

São inúmeros os exemplos em Portugal de prejuízos para a população, ambiente e património nas zonas atravessadas pelas linhas de Alta Tensão. O enterramento das linhas é uma solução que a REN não considera porque fica mais cara. Assim, consegue minimizar custos sacrificando a saúde das pessoas e o ambiente. Não fosse a impunidade da REN, garantida pelo aparato politico-legal do estado, resultando no escasso poder de decisão dos indivíduos e comunidades, e as linhas de Alta Tensão seriam incomportáveis social e economicamente, bem como o modelo de produção e distribuição de energia inerente. Noutro cenário, compensaria o investimento em alternativas de produção, distribuição e consumo, cuja prioridade fosse o bem-estar dos indivíduos e a preservação dos ecossistemas. Este seria, contudo, um passo subsequente à crítica dos vários factores de desperdício, actualmente justificados em grande parte com a falácia do "crescimento económico".

Prejuizos para a população, ambiente e património.

Os moradores de Adanaia, pequena aldeia de Calhariz, no concelho de Vila Franca de Xira, têm-se queixado do ruído insuportável vindo das linhas de MAT localizadas na proximidade das suas casas e que se faz sentir em dias de vento ou humidade. O "zumbido" forte e prolongado, denominado por "efeito coroa"[4], martiriza os habitantes de Calhariz, que não conseguem dormir. Alguns moradores tiveram de começar a usar tampões nos ouvidos e, em casos mais extremos, tomar medicamentos[5]. Têm sido também reportadas interferências frequentes nos comandos dos portões das garagens, comandos das televisões, nos aparelhos auditivos e de medição cardiovascular.

Em situação idêntica estão os habitantes de Recarei, em Paredes, que também se queixam do ruído igualmente insuportável, acentuado em dias de chuva, desde que a linha entrou em funcionamento, no final de Março. Alguns moradores tiveram igualmente de recorrer a medicação para conseguirem dormir[6]. A linha passa por cima de várias habitações nos lugares de Terronhas e Rochão. Foram entretanto feitas várias queixas à REN, que não deu qualquer resposta. A Junta de Freguesia salienta ainda que no final da instalação da linha, a REN não efectuou reparações nas estradas e caminhos danificados para esse propósito.

Os moradores de Lombelho, na freguesia de Alfena, concelho de Valongo, estão preocupados com o aumento da voltagem da linha de Alta Tensão que atravessa aquele lugar para o dobro do existente desde há 13 anos. Contrariamente ao que tinha sido acordado com a REN, a voltagem de 220 KVs foi alterada para 400 KVs "sem aviso prévio", causando um "barulho ensurdecedor"[7]. Vários moradores confirmaram que ao realizarem testes em compartimentos das suas casas, através do uso de busca-pólos, este se "acende no ar sem estar em contacto com aparelho algum"[8], detectando electricidade. Além de moradias que ficam junto à linha, localiza-se ali também a escola Básica do 1.º Ciclo de Lombelho.

No Alto Douro, o atentado ambiental perpetuado pela EDP, através da construção da barragem da foz do Tua, não se ficou por aí. Agora é a linha de Muito Alta Tensão, projectada para escoar a energia produzida no AHAT (Aproveitamento Hidroeléctrico Alto Tua) para a Rede Nacional de Transporte de Electricidade, que continua o processo de destruição do habitat e das características especiais dessa região.

O moradores de Lombelho, na freguesia de Alfena confirmaram que ao realizar testes no interior de suas casas, através do uso de busca-pólos, "este se acende sem estar em contacto com aparelho algum"

URSULA ZANGER

Não fosse a impunidade da REN, garantida pelo aparato politico-legal do estado, resultando no escasso poder de decisão dos indivíduos e comunidades, e as linhas de Alta Tensão seriam incomportáveis social e economicamente, bem como o modelo de produção e distribuição de energia inerente.

As linhas de Alta Tensão e os riscos para a saúde

Têm sido efectuados vários estudos por diferentes grupos de cientistas internacionais sobre a ocorrência de leucemia infantil, alzheimer ou esclerose lateral amiotrófica, resultantes da exposição a longo prazo aos campos electromagnéticos das Linhas de MAT. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera ser possível que campos electromagnéticos de baixa frequência possam estar associados a algumas formas de cancro, nomeadamente a leucemia infantil, recomendando medidas de precaução. No que diz respeito ao campo eléctrico, a OMS considera que só há efeitos sobre o sistema nervoso acima dos 10 kV/m, o que só é possível de atingir muito perto dos condutores de Alta Tensão. Estes limiares correspondem a reconhecidos efeitos agudos e foram traduzidos numa recomendação da OMS de 1998, adoptada pela União Europeia em 1999, e que veio a ser transposta para a lei portuguesa em 2004.

No entanto, o grupo "Bioiniciativa"[2], incorporando vários cientistas internacionais, apresentou em 2007 um relatório[3] em que são contestadas as posições da OMS relativamente aos valores padrão considerados prejudiciais para a saúde. Assim, o grupo Bioiniciativa reclama mais medidas e maior precaução contra as fontes geradoras de campos eletromagnéticos, nomeadamente o enterramento generalizado das linhas de Alta Tensão.

A proposta de enterramento das linhas de MAT, sendo um mal menor, resolve apenas parcialmente o problema de exposição aos campos magnéticos e a destruição de património natural. O enterramento das linhas implica a construção de um corredor de 13 a 14 metros de largura (para um cabo de 400 KVs), o equivalente a uma estrada secundária, aumentando inclusive o campo magnético à superfície desse corredor.

1 Eixo RNT entre "Vila do Conde", "Vila Fria B" e a Rede Eléctrica de Espanha, a 400Kv

2 www.bioinitiative.org

3 BioInitiative Report: A Rationale for a Biologically-based Public Exposure Standard for Electromagnetic Fields (ELF and RF), 31-08-2007

4 Fenómeno físico causado pela ionização do ar, junto aos cabos condutores e isoladores, nas linhas de alta tensão.

5 Zumbido das linhas de muito alta tensão não deixa dormir habitantes de Adanaia. Artigo publicado a 14 de Março de no diário online, O Mirante (www.omirante.pt)

6 http://portocanal.sapo.pt/noticia/22200/

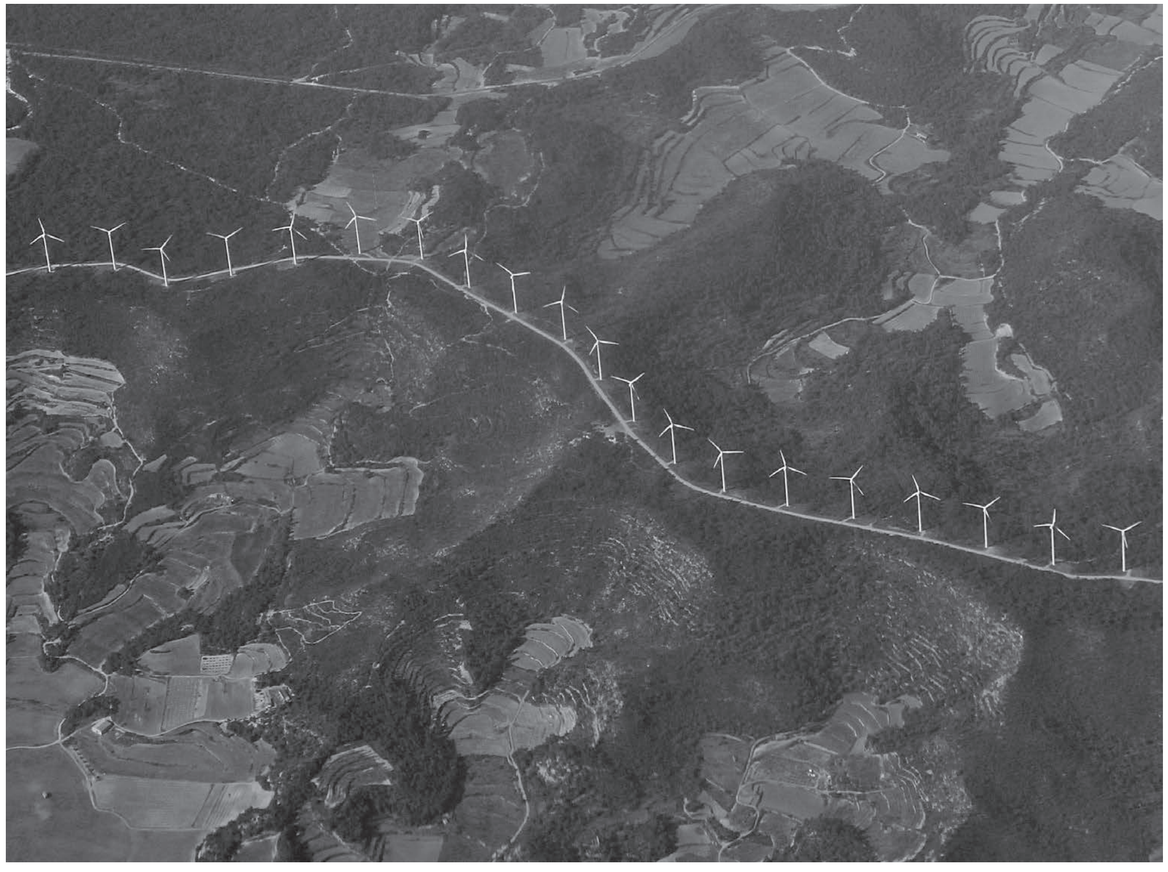
7 Semanário Verdadeiro Olhar, 30-12-2013

8 A Voz de Ermesinde, 15-4-2014 (www.avozdeermesinde.com)

[CADERNO] **QUE ENERGIA NO FUTURO?**

Novas energias, velhos poderes

O debate em torno da quantidade de energia que necessitamos para manter em funcionamento a sociedade em que vivemos coloca-se hoje perante todos. Perante a aposta global na fratura hidráulica e em grandes infraestruturas de produção energética, talvez mais importante seja a questão sobre que formas de produção energética queremos no futuro.



ANA RUTE VILA
ANARUTEVILA@JORNALMAPA.PT

De acordo com um comunicado emitido pela associação ambientalista Quercus, com base em dados da Rede Eléctrica Nacional, durante o ano de 2013 as fontes de energia renovável (ER) foram responsáveis por 60% da produção de electricidade, nomeadamente eólica e hidroeléctrica[1], sendo que a contribuição da primeira se manteve inferior à da segunda.[2] Mais concretamente, este recorde de produção deve-se aos quase 5000 MW de capacidade instalada através dos mais de 2000 aerogeradores distribuídos por mais de 200 parques eólicos concentrados, maioritariamente, na zona norte de Portugal, bem como à rede nacional de barragens[3]. De facto, Portugal tem assumido políticas energéticas que fazem recair sobre as ER grandes esperanças na resposta aos desafios colocados pela necessidade de "independência energética" ou pelas imposições decorrentes das alterações climáticas.[4] Na prática, trata-se da dinamização desse novo negócio de grande rentabilidade que são as ER. Exemplo disso são os lucros de 135 milhões obtidos em 2013 pela EDP Renováveis, subsidiária da EDP no sector das ER.

Embora exista um potencial enorme para a produção de energia de forma ecológica no território português, inúmeros projectos de ER, tomando formas e dimensões industriais, têm sido apresentados como soluções sustentáveis para o futuro por governos e empresas do sector. Desta forma, as ER não poderão resolver o problema fundamental da exaustão de recursos e do colapso ambiental já que não questionam o paradigma do permanente crescimento económico.

"Existe todo um uso das ER na criação de uma imagem e um discurso de responsabilidade, sustentabilidade e respeito pela natureza que é, nos dias que correm, transversal a governos e grandes grupos económicos.

Nos próximos anos continuaremos a assistir à engorda de grandes empresas do sector Solar e Eólico ou ao nascimento de novas barragens numa lógica de criação de um monopólio que retira às ER o seu potencial de alternativa sustentável ou o seu contributo para a autonomia energética de comunidades e populações.

Mais que dissecar a realidade portuguesa, é importante compreender que o entusiasmo luso com as ER é apenas parte de uma tendência global de aposta em novas formas de produção energética de forma a dar resposta a uma suposta crise energética com origem na escassez de recursos energéticos ou como medida de resposta às alterações climáticas.

A ideia que tem surgido com força nos últimos anos é a de que a composição da mistura de fontes de energia que alimentam a sociedade e a economia terá de se alterar de forma a permitir uma transição para uma sociedade que não seja movida a combustíveis fósseis. É então que se defende a "segurança" e "independência energética" dos países, surgindo diversas soluções para satisfazer estes objectivos. Como veremos, de lado ficam a segurança e independência energética das comunidades e populações.

De forma mais directa, a ideia que subjaz ao presente sistema económico e social é a de que, enquanto a Terra "financiar" a expansão e o crescimento da indústria e do consumo, ele cá estará para aproveitar. Quando a Terra entrar em total exaustão, estarão já desenvolvidas toda uma série de novas tecnologias de produção energética que manterão o mesmo tipo de economia como modelo dominante.

PETRÓLEO NÃO-CONVENCIONAL

De acordo com a Agência Internacional de Energia, 80% da energia primária no mundo advém de combustíveis fósseis. No entanto, a era do petróleo barato parece ter acabado, o que significa que os custos de extração e produção de petróleo através dos clássicos poços se tornaram insustentáveis por várias razões.

Neste contexto, surgem por todo o mundo técnicas de exploração dos chamados combustíveis fósseis não-convencionais que visam manter o uso dos combustíveis fósseis durante muitos anos. A verdade é que existem enormes impactos ambientais e sociais associados à extracção de areias betuminosas ou à famosa fractura hidráulica (FH) para a obtenção de gás de xisto.[5] Na prática, são uma colectânea de diferentes técnicas e tecnologias que se encontram em pleno desenvolvimento. A FH, especificamente, tem efeitos devastadores no ambiente já que na perfuração e fracturação das rochas são usados milhares de químicos cuja listagem é muitas vezes desconhecida e existem fortes possibilidades de se libertar metano durante o processo, gás este que gera mais efeito de estufa que o dióxido de carbono. Conta-se ainda o problema da mistura de camadas estratificadas da crosta terrestre, para além do facto de o processo exigir consumos de água astronómicos, e, devido à acção de perfuração horizontal, poder provocar acidentes sísmicos e contaminação de lençóis freáticos.

Até há poucos anos a FH era totalmente desconhecida, mas o seu suposto "sucesso" nos EUA ditou que uma corrida frenética se iniciasse por diversos países em todo o mundo. A FH tem sido vendida, desde então, como uma tábua de salvação e tem-se tornado uma aposta para certos países reivindicarem a sua independência energética, já que reduz as dependências através da produção doméstica. De acordo com um relatório publicado pelo Post-Carbon Institute[6], nos EUA existem mais de 65.000 poços e a produção de gás de xisto representa 40% do total de gás produzido. No entanto, o relatório mostra também que a taxa de produção dos poços de gás de xisto se pode reduzir para 15% ao fim de 5 anos, colocando em xeque as promessas da indústria e do governo de que o gás de xisto é o garante do crescimento económico a longo prazo.

No final de 2013, o ex-presidente ucraniano Víktor Yanukóvytch assinou acordos com os gigantes energéticos Chevron e Royal Dutch Shell para a exploração de gás de xisto em diversas zonas da Ucrânia. De acordo com o relatório BP Statistical Review, a Ucrânia detém a 3.ª maior reserva de gás de xisto na Europa. Recentemente Hunter Biden, filho do vice-presidente dos EUA, Joe Biden, foi contratado para a direcção da maior empresa privada ucraniana de produção de gás Burisma Holdings[7]. Com a crise política, militar e social na Ucrânia o gás e o petróleo tornam-se uma questão central perante a dependência energética face à Russia. A FH será, também ai, usada como forma de atingir a "independência energética" arrastando consigo todos os impactos.

Na verdade, é justamente na criação de um contexto de emergência, crise energética e medo que as empresas e os governos apostam. O motivo de crise e da ameaça de escassez de recursos e preços altos tem servido à criação do contexto ideal para que se generalize a aposta na FH. Apenas o tempo o dirá que outros projectos industrias de produção de energia se seguirão.

A avaliar pela concessão de exploração de gás de xisto dada pela Direcção Nacional de Energia e Geologia à empresa canadiana Oracle Energy Corporation até 2021 na margem sul do Tejo, tudo indica que o processo de lavagem e propaganda, para além dos impactos ambientais, estão também a chegar a Portugal. No site da empresa[8], Portugal é apresentado como um paraíso. Para além das estimativas e números apresentados relativamente às potencialidades energéticas do investimento e das condições técnicas, a empresa sublinha as condições fiscais benéficas para o investimento, a existência de modernas autoestradas e de um governo estável. Embora não se conheçam em profundidade os pormenores e detalhes associados a esta concessão, é essencial estar atento à iniciativa do movimento anti-gás de xisto no Barreiro que começa a preparar a resistência a este projecto.[9]

SAMUEL BUTTON

RENOVÁVEIS

No que toca às variadas tecnologias de ER, a questão é mais complexa. Por um lado, existe um grande potencial para a produção autónoma e descentralizada de energia através de variadas tecnologias como turbinas eólicas de pequeno tamanho, painéis solares fotovoltaicos domésticos ou solar térmico ou tantas outras que estão em pleno desenvolvimento e experimentação. As ER de pequena dimensão, numa perspectiva local de auto-suficiência, são um importante passo em direcção a uma maior independência das companhias eléctricas, das petrolíferas ou da energia nuclear. Por outro lado, a opção política é, muitas vezes, a instalação de aerogeradores de grandes dimensões ou enormes campos de painéis solares que, tal como as grandes centrais termoeléctricas ou centrais nucleares, estão ligadas a um sistema energético centralizado, gerido por governos e empresas e operado por técnicos especializados. Obviamente que a natureza industrial e as grandes dimensões acarretam gravíssimos impactos nos locais onde se instalam os grandes aerogeradores ou os campos de painéis solares. [ver páginas 12 e 13].

As ER encontram-se cheias de contradições que as afastam, muitas vezes, do seu potencial de sustentabilidade. Em 2012, 86% da produção global de módulos fotovoltaicos teve lugar na Ásia, o que é apenas um entre os inúmeros dados que caracterizam o mercado global das energias renováveis.[10]

No entanto, é o seu uso político e económico que é preocupante. Não são só os parques eólicos, as centrais solares ou as monoculturas para a produção de biodiesel que estão a potenciar uma economia, apelidada de verde, que, tal como a sua irmã fóssil, almeja os mesmos lucros fáceis. Existe todo um uso das ER na criação de uma imagem e um discurso de responsabilidade, sustentabilidade e respeito pela natureza que é, nos dias que correm, transversal a governos e grandes grupos económicos. Inevitavelmente, o discurso "verde" sequestra o debate em torno do modelo energético sob o qual vivemos e como nos queremos relacionar com os recursos naturais.

É justamente neste ponto que as alterações climáticas (AC) ganham importância. Concretamente, os cenários que têm vindo a ser traçados pelo IPCC[11], referentes à relação entre as emissões de gases com efeito de estufa e o aumento da temperatura média da atmosfera, mais que servirem

"Mais que uma genuína preocupação com a Terra e a natureza, a grande consequência da exploração do medo e da emergência, na questão do clima e da energia, traduz-se na criação da ideia de que apenas o estado bem-intencionado e as empresas responsáveis poderão solucionar o problema

para questionarmos de forma profunda o sistema económico e social em que vivemos, têm servido para criar uma capa de emergência e crise climática. Não está em causa a crença ou a descrença nos modelos climáticos usados no traçado dos cenários mas, tal como no caso das ER, o uso político que tem sido feito ao nível da governação e das empresas.

Mais que uma genuína preocupação com a Terra e a natureza, a grande consequência da exploração do medo e da emergência, na questão do clima e da energia, traduz-se na criação da ideia de que apenas o Estado bem-intencionado e as empresas responsáveis poderão solucionar o problema

Efectivamente, muitas grandes empresas que têm sido os actores principais na criação do colapso ecológico a que hoje assistimos passaram a adoptar todo um discurso centrado na necessidade de eficiência energética ou na transição para "modelos sustentáveis", tentando varrer o lixo para debaixo do tapete.

Os impactos na Terra decorrentes do uso de combustíveis fósseis e das suas várias formas de produção e transporte, são diferentes do impacto das grandes centrais eólicas ou fotovoltaicas. No entanto, a expectativa de que todas em conjunto poderão assegurar um futuro energético para a sociedade e a economia faz com que as ER industriais nos sejam impostas de forma austera sob o pretexto de uma crise energética, que se soma a uma crise económica e, inevitavelmente, a uma crise social. Assim, interessa pensar sobre que formas de produção energética queremos e para que é que as queremos.

A utilização que podemos fazer das ER é grande, variada e há ainda um longo caminho para percorrer. É possível dar-lhes um uso sustentável, dimensionado em função das nossas necessidades reais e equacionado a partir da base.

O MODELO ENERGÉTICO, A ECONOMIA E O CRESCIMENTO

A concentração de grandes centrais de produção de energia nas mãos de governos ou grandes grupos económicos determina, hoje em dia, o poder que estes possuem.

O sistema energético, composto por todas as etapas que vão da detecção de recursos naturais à distribuição de electricidade e combustível, é, portanto, um reflexo fidedigno do projecto do sistema económico capitalista, não só pela forma utilitarista e violenta como suga os recursos energéticos, mas também pela forma centralizada como está organizado retirando aos utilizadores a possibilidade de controlarem e fazerem parte do processo. A energia nuclear, com a sua complexa tecnologia e necessidade de especialização, é o expoente máximo desta "ideologia energética", ou seja, muita energia concentrada num reactor que só pode ser operado por físicos e engenheiros com altas qualificações só pode ser o resultado de um extenso processo de concentração de poder.

Poderíamos fazer exactamente a mesma afirmação sobre o sistema alimentar, sobre a água e o acesso à terra mas, perante as quantidades de energia que são necessárias para fazer movimentar a actual sociedade, recai sobre o sector energético um papel bem mais determinante, já que a maioria dos restantes sectores da sociedade dependem da disponibilidade energética. O panorama é, portanto, evidente: grandes companhias orientadas pela ideia de monopólio tratam de nos fornecer energia através de complexas redes que alimentam, para lá das nossas necessidades mais imediatas, infraestruturas de transporte, de defesa, de comércio. Em qualquer dos casos não nos é permitido decidir sobre a forma ou o estado dessa rede e estamos dependentes dos preços praticados pelas companhias que monopolizam o mercado. Assim, recai sobre elas o poder de criar incluídos e excluídos no acesso à energia. Os cortes de luz levados a cabo no Bairro do Lagarteiro, na cidade do Porto, no fim de 2013, são disso um exemplo. Nessa altura, dezenas de pessoas ficaram sem acesso a electricidade. Mais ilustrativo é ainda o facto de, no ano de 2013, a EDP ter cortado a luz a cerca de 285 mil famílias em Portugal.[12]

As grandes companhias eléctricas têm o poder de decretar qual é o nosso acesso à energia ao mesmo tempo que impõem arrogantemente, ao longo do território, barragens, gigantes turbinas eólicas e a rede de Alta Tensão ignorando os seus impactos imediatos.

No entanto, há certamente uma diferença entre a quantidade de energia necessária para sustentar a vida dos indivíduos e das suas comunidades e as necessidades energéticas da economia global, do permanente transporte de mercadorias, da grande indústria ou da criação de guerras em todo o globo.

De facto, vivemos numa sociedade que é viciada em grandes quantidades de energia e desperdício para se manter em funcionamento e esse vício tem um impacto gravíssimo no ar, na terra, nos ecossistemas e na biodiversidade. Na prática este é o resultado do crescimento económico, ou seja, uma economia mais forte, com um movimento de mercadorias mais intenso, um maior fluxo de capital que resulta num consumo de energia maior e, inevitavelmente, num planeta cada vez mais inabitável para todos os seres vivos.

A transição para um modelo energético sem combustíveis fósseis, de que tanto se fala hoje em dia, pode ter várias interpretações e caminhos. Ela terá sentido se construirmos alternativas à sociedade que necessita do petróleo ou das infraestruturas megalómanas industriais de produção energética para existir. Caso contrário, estaremos a construir apenas uma versão "verde" e "sustentável" da sociedade em que vivemos hoje. Inevitavelmente esta continuará com os mesmos problemas de desigualdades sociais, de exploração, de violência estatal, de prisões, de pobres e ricos.

Se os membros do governo se transportarem em automóveis ecológicos, livres de emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, isso não impedirá que poucas pessoas com poder continuem a decidir sob a vida de milhões.

Quando olhamos para o problema da energia a longo prazo, vemos que as soluções não passam por decisões políticas ou delegações de responsabilidades em candidatos verdes. É justamente no caminho de nos dotarmos a nós próprios de capacidades de produção e distribuição energética colectiva, e a partir de uma escala local que pode estar o início de uma solução.

Simultaneamente, é imprescindível que projectos como a produção de gás de xisto através da fractura hidráulica não se materializem, de nenhuma forma, nem em Portugal nem em lado nenhum, sendo óbvio que é na resistência a esses projectos que começamos a construir o futuro.

1 A classificação das centrais hidroeléctricas como forma de geração de energia renovável é meramente técnica pois, embora seja assim classificada, os impactos ambientais e sociais das grandes barragens fazem com que esta seja uma tecnologia que está longe de poder ser considerada como ecológica.

2 Comunicado da associação Quercus: http://goo.gl/qqHggR

3 Notícia do Jornal Expresso: http://goo.gl/FPGDnN

4 Para 2020 foi definida a meta de ter cerca de 20000 MW de potência instalada proveniente de fontes de energia renovável em Portugal.

5 Ver o artigo "A Elevada Factura da Fractura Hidráulica" na edição número 4 do jornal MAPA ou disponível em goo.gl/ayIMRq

6 Relatório Drill, Baby, Drill disponível em postcarbon.org.

7 goo.gl/kMmK8Z

8 www.oracleenergy.com

9 Mais informação em movimentoantigasdexistobarreiro.wordpress.com

10 Relatório Renewables 2013, Global Status Report

11 O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas é uma colaboração científica internacional criada sob o auspício das Nações Unidas para sintetizar e informar sobre o estado das alterações climáticas. O IPCC emite regularmente relatórios de avaliação sobre a ciência climática, a economia e as medidas de mitigação.

12 Notícia Dinheiro Vivo: goo.gl/jrfwsm

"É justamente no caminho de nos dotarmos a nós próprios de capacidades de produção e distribuição energética colectiva, e a partir de uma escala local que pode estar o início de uma solução.

Da Guerra Civil na Galiza... À Batalha do Cambedo da Raia

Ao raiar do dia 20 de Dezembro de 1946, dez anos e meio depois da sublevação militar fascista contra a República espanhola, a aldeia fronteiriça de Cambedo da Raia, no concelho de Chaves, despertou ao som de tiros e rajadas de metralhadora. Durante a noite, a aldeia tinha sido cercada por um enorme aparato de forças da GNR e da PIDE, inseridas numa operação que decorria em simultâneo noutras cinco aldeias raianas vizinhas e contava com um dispositivo de centenas de elementos da *Guardia Civil* do outro lado da fronteira. Tinham por objectivo capturar guerrilheiros anti-franquistas que encontravam ali solidariedade com a sua luta, apoio e abrigo. Três guerrilheiros sitiados resistiram dois dias ao cerco. Um foi morto, outro matou-se e outro foi preso. Várias casas foram destruídas por granadas de morteiro. Dezenas de habitantes foram presos, quinze dos quais condenados a penas de prisão. Na origem remota destes factos está a diferença de atitudes da população fronteiriça portuguesa e do regime salazarista perante a Guerra Civil espanhola.

DELFIM CADENAS
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

No deflagrar da Guerra Civil espanhola, em Julho de 1936, a resistência à sublevação militar na Galiza foi levada a cabo essencialmente pelos civis das várias correntes políticas apoiantes da República. A Frente Popular, uma coligação eleitoral que aglutinava a esquerda espanhola, tinha vencido em três das quatro províncias galegas as eleições gerais de Fevereiro anterior. No dia seguinte ao pronunciamento militar, os governadores civis das várias províncias, os eleitos para os cargos autárquicos, os partidos republicanos e os sindicatos convocaram uma greve geral a que se seguiu o levantamento de barricadas nas principais localidades. Os republicanos, praticamente desarmados, pouco puderam fazer contra os militares sublevados, a quem fora dada a ordem expressa de extremar a violência desde o primeiro momento. Em poucos dias, com o apoio dos civis falangistas, os militares controlaram todo o território galego e iniciaram uma campanha repressiva de que resultariam dois mil e quinhentos fuzilados ou "passeados"[1] nos seis meses seguintes.

Na Galiza, tal como ocorreu nos outros territórios onde o golpe fascista teve êxito, Castilha-Leão, Navarra, Aragão, Maiorca e na província de Sevilha, o facto de ter participado na greve geral revolucionária de Outubro[2] de 1934, ter ocupado cargos políticos na sequência da vitória eleitoral da Frente Popular ou ter resistido à sublevação militar, foram atributos suficientes para a condenação à morte de milhares de republicanos em conselhos de guerra ou ao seu fuzilamento puro e simples nos famosos "paseos"[3].

O MONTE OU A MORTE

Nos dias e meses seguintes ao "alzamiento", milhares de galegos fugiram para os montes. Para muitos republicanos, anti-fascistas e anarquistas era a primeira etapa do caminho para atingir o País Basco, Andaluzia, Valência ou Catalunha, onde o golpe militar fascista fracassara; para outros, o ponto de partida para o exílio na Europa ou na América do Sul. A estes somaram-se aqueles que fugiam da brutal repressão e se agruparam primeiro para sobreviver e depois para passar ao contra-ataque guerrilheiro; e, com o prolongar da guerra, os montes da geografia galega acolheriam também os jovens refractários ao recrutamento massivo imposto pelas autoridades franquistas.

HUMA

A raia seca galaico-transmontana, da Serra do Larouco a Vinhais, pela sua permeabilidade natural, potenciada pelas relações dos que nela viveram desde o tempo em que não havia fronteiras, foi a principal "saída de emergência" que deu passagem e abrigo[4] aos "fuxidos" nas várias situações. Milhares de galegos e leoneses esquivaram o controlo da fronteira, redobrado pelas autoridades portuguesas, a caminho do Porto e de Lisboa, trampolins para destinos mais seguros. Contavam ali com os **"laços de uma rede social que se estende além dos limites políticamente convencionados de cada país, com uma história longa no tempo, que os torna activáveis em momentos bem determinados de necessidade imperiosa."**[5]

Aqueles que tinham menos meios de vida, sobretudo os originários das povoações galegas fronteiriças, enquanto durou a guerra civil, refugiaram-se nas aldeias do norte de Trás-os-Montes e sobreviveram trabalhando nas casas de lavoura, no contrabando e, mais tarde, na extracção de volfrâmio.

A maré repressiva generalizada prolongou-se pelos quase três anos de conflito e manteve-se depois de terminada a guerra civil, com variações de intensidade em função dos desenvolvimentos da Segunda Guerra Mundial. Um pouco por todo o território espanhol, organizada em "partidas"[6], a guerrilha representava um meio de defesa contra a repressão, para muitos, a forma de sobreviver a um fuzilamento garantido.

AS GUERRILHAS NA GALIZA E EM LEÃO

A pouco mais de cem quilómetros a norte da fronteira de Chaves, nos montes Casaio, encontrava-se o centro onde, terminada a guerra civil, convergiram e se relacionaram as "partidas" de guerrilheiros dispersas pelos montes galegos e leoneses. **"Casaio era um refúgio seguro onde as forças repressivas quase não se atreviam a penetrar"**, refere Secundino Serrano, historiador da guerrilha anti-franquista, que considera a concentração nestes montes **"um salto qualitativo importante ao afastarem-se dos seus povoados respectivos, com o que supunha de tranquilidade para os familiares e, simultaneamente, o nascimento de pequenos núcleos armados que tinham que governar-se por sua conta"**[7]. Foi nesta nova situação que se estabeleceu a primeira organização guerrilheira da Espanha do pós-guerra e seria nestes montes onde, anos mais tarde, receberam formação os membros do grupo que viria a ser protagonista no Cambedo.

Na primavera de 1942, na serra vizinha de La Cabrera, no local de Ferradillo, vinte e quatro guerrilheiros delegados, representando todas as tendências do anti-franquismo, constituíam em congresso a Federación de Guerrillas de León-Galiza, dotando a guerrilha de estatutos; princípios, dirigidos para uma nova direcção da luta, canalizando-a política e militarmente para aproveitar a conjuntura internacional existente e reforçar o anti-franquismo; e directrizes básicas, em que se destacavam a proibição do proselitismo na organização, que era expressamente pluralista, respeito mútuo entre os combatentes baseado na democracia interna e busca incansável de apoio da população. A explicação para o nascimento desta entidade guerrilheira unitária, segundo Secundino Serrano, radicava no facto dos **"guerrilheiros galaico-leoneses estarem desligados dos seus respectivos partidos e sindicatos, tanto do exílio como do interior"**.

A organização adoptada, dando especial importância à estruturação das redes de apoio e às ligações, serviria de modelo às organizações guerrilheiras de toda a Espanha. Não clarificava o objectivo final da guerrilha, uma vez que toda a sua estratégia passava pela intervenção dos aliados para derrubar Franco, mas facilitava a sobrevivência dos guerrilheiros. Neste Congresso participaram guerrilheiros que se tornaram legendários, como Marcelino Villanueva "Gafas", Enrique Oviedo Blanco "Chapa", Marcelino de la Parra Casas "Parra" e Manuel Girón Bazán "Girón", cuja passagem pelas aldeias raianas portuguesas foi referenciada nos testemunhos recolhidos por vários autores.

Nos anos seguintes, a guerrilha galaico-leonesa será marcada pela irrupção do PCE, que adoptara o incremento da guerrilha como estratégia para o derrube de Franco. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a derrota militar dos fascistas tinha convertido a Espanha franquista num anacronismo. A queda do ditador era vista como o corolário lógico da guerra, que tinha tido na Guerra Civil espanhola o seu prólogo e fora o laboratório dos exércitos alemão e italiano. Contudo, as potências ocidentais vitoriosas ficar-se-iam por condenações da ditadura franquista e com a declaração de intenções de não intervir

nos assuntos internos de Espanha.

A federação guerrilheira manteve-se em expansão, apesar de se acentuarem as diferenças tácticas e organizativas dos socialistas e anarquistas com os comunistas. Foi nesta fase que foram enquadrados dois dos protagonistas dos acontecimentos do Cambedo: Demétrio Garcia Alvarez "Pedro", que aderiu à guerrilha em 1945 e, no início do ano seguinte, já no comando de uma "partida", ele próprio recrutou Juan Salgado Ribera "Facundo".

A solidariedade não era motivada essencialmente por afinidades ideológicas, as relações de parentesco, vizinhança, trabalho ou amizade jogavam um papel mais importante

ANTECEDENTES DOS ACONTECIMENTOS NO CAMBEDO

Desde os finais de 1945, quando o regime franquista concluiu que a vitória aliada não o colocava em perigo, passou a dedicar-se à erradicação da guerrilha, incrementando a repressão. À *Guardia Civil* juntaram-se o Exército e "contrapartidas" de civis armados, *"requetés"* e falangistas. Nas zonas de fronteira, agentes da PIDE e da GNR intensificaram as operações de controlo e patrulha, aumentando a colaboração da ditadura salazarista na repressão ao "Maquis", a única oposição efectiva ao regime franquista.

A "partida" de Demétrio desenvolve as suas actividades na comarca de Verín, (no Outono de 1945 foi passado pelas armas o chefe da falange desta localidade, alguns autores[8] atribuem-lhe a autoria do atentado), e conta com sólidas bases de apoio em Portugal. A solidariedade que os guerrilheiros encontravam deste lado da fronteira não era motivada essencialmente por afinidades ideológicas, as relações de parentesco, vizinhança, trabalho ou amizade jogavam um papel mais importante. No Cambedo casara uma irmã de Demétrio, nascido e criado na aldeia galega de Chãs, a apenas quatro quilómetros, e a sua rede de solidariedade estendia-se pelas aldeias portuguesas vizinhas. Juan Ribera, natural de Casas dos Montes, a aldeia galega mais próxima, músico como o seu pai e irmãos, animara desde jovem as festas populares, sendo conhecido em toda a região. Durante a Guerra Civil tinha estado "fuxido" e refugiado na zona.

No Verão de 1946 encontravam-se na região, para além da "partida" do Demétrio, um número indeterminado de guerrilheiros de outras "partidas", onde se destacam os "históricos" Manuel Girón Bazán, Orozco Palácios, Enrique Oviedo, Angel Rodríguez e Alfredo Aguirre. No dia 16 de Setembro de 1946, estes cinco acompanhados por Bernardo Garcia Garcia e Juan Ribera, os dois guerrilheiros que resultariam mortos nos incidentes de Cambedo, deslocaram-se à aldeia de Negrões, no concelho de Montalegre, e executaram António da Sousa Pinto, que durante a Guerra Civil teria entregue um médico "fuxido" refugiado em sua casa à *Guardia Civil*, que o fuzilara. No decorrer do acto foram também mortalmente atingidos um criado de lavoura do Pinto e um habitante da aldeia.

Esta acção traria consequências importantes para todos os refugiados galegos na zona fronteiriça e, especialmente, para a rede de apoios que servia de recuo aos guerrilheiros. Os efeitos não tardariam em produzir-se, nos dias seguintes sucederam-se as prisões de barrosões relacionados com os guerrilheiros e as atenções das forças repressivas do Estado português concentraram-se na solução do problema. A própria organização guerrilheira faria posteriormente autocrítica pelo erro táctico cometido: ter actuado em Portugal, queimando com esse acto a retaguarda que tão útil tinha sido nos dez anos anteriores.

Uma campanha de notícias nos jornais contra os "bandoleiros", "assaltantes" ou "assassinos" galegos, cuidadosamente dirigida, alentou o sentimento adverso que se começou a alastrar na população raiana. "**Aos olhos do povo, eles passaram, dum dia para o outro, duns contrabandistas simpáticos, sempre prontos a puxar da carteira, a bandidos perigosos, capazes de matar pessoas"**, escreve Bento da Cruz[9]. A PIDE não se ficaria pela campanha mediática. Ao que tudo indica, em colaboração com as forças repressivas do país vizinho, realizaram, a 29 de Outubro seguinte, uma operação de "bandeira falsa": o assalto à camioneta de carreira de Braga-Chaves, na localidade de Parafita. Seis assaltantes, dos quais só dois falaram, com sotaque espanhol, roubaram as carteiras, relógios e fios de ouro aos passageiros que se dirigiam à Feira dos Santos de Montalegre. Meses mais tarde ficaria demonstrado no Tribunal Militar e no Plenário do Porto que os guerrilheiros galegos nada tiveram a ver com o assalto, mas, naquele momento, serviu para reactivar a campanha nos jornais e justificar o incremento da acção de vigilância na fronteira, com a deslocação de forças da GNR de outras zonas do Norte, para patrulhar a região, e de um número indeterminado de agentes da PIDE em ligação com a *Guardia Civil* espanhola, que intensificaram os esforços de recolha de informação nas várias aldeias, quer directamente quer através de informadores.

"A BATALHA DO CAMBEDO"

Na sequência destas diligências, o Comando da GNR de Vila Real, em coordenação com a PIDE, a Guarda Fiscal e as forças repressivas espanholas, montou uma operação de busca e captura dos guerrilheiros galegos nas povoações de Nantes, Mosteiró de Cima, Sanfins de Castanheira, Sanjurge, Couto e Cambedo. Às zero horas do dia 20 de Dezembro de 1946, estavam concentrados no posto de Chaves da GNR cerca de duzentos guardas-republicanos deslocados das guarnições do Porto, Régua e Vila Real. Este contingente foi dividido em pelotões, sendo destinado um para cada lugar. Nestes grupos incorporaram-se agentes da PIDE; naquele que tinha por objectivo o Cambedo, comandado por um alferes, seguiram dois pides. Partiram em camiões para os seus destinos às três horas da madrugada. Como não existia ligação rodoviária até ao Cambedo a parte final do percurso foi concluída a pé, a cujas imediações chegaram cerca das seis horas da manhã, iniciando de imediato a montagem do dispositivo, com a colocação dos agentes na entrada e saída do povoado e nas imediações das casas suspeitas.

A aldeia era composta por 89 fogos onde viviam 310 habitantes; o alarido dos cães, provocado pelos movimentos de mais de três dezenas de "forasteiros" na tranquilidade nocturna do seu território, anulou o factor surpresa da operação, facilitando a reacção aos guerrilheiros sitiados. Às sete horas da manhã ouviram-se os primeiros tiros, era Juan Ribera que abandonava a casa onde se encontrava, acompanhado do filho da sua anfitriã, Engrácia Gonçalves, e rompia o cerco. Confirmando a fama de bom atirador, na fuga, atingiu um dos pides com dois tiros e feriu também um guarda-republicano, internando-se na vegetação a caminho da sua aldeia natal a pouco mais de um quilómetro. Desconhecia as proporções da operação das forças repressivas, mais de quinhentos *guardias civis* controlavam os montes do outro lado da fronteira. Uma hora depois, esbarrou nas suas armas e retrocedeu. Alertado pelos tiros, o oficial da GNR ordenou a um grupo de agentes que batesse a colina, a meio da manhã, ouviu-se o eco de um tiro vindo dessa direcção, tinham encontrado o Juan Ribera, ferido, e acabaram com ele.

A meio da manhã chegou o pelotão destacado para a aldeia vizinha do Couto, entretanto chamado por um estafeta, e começou a revista casa por casa. O filho da Engrácia, José Barroso, encontrado na casa do seu vizinho João Valença, foi preso. Pelas treze horas, ouviu-se uma rajada de metralhadora; dos três guardas-republicanos que se dispunham a entrar numa casa para fazer a busca, dois não passaram do pátio de entrada e só sairiam dali, arrastados, já cadáveres[10]. Era a casa de Manuela Garcia, irmã de Demétrio, em cujo perímetro o próprio e Bernardino Garcia resistiriam ainda mais um dia e meio às tentativas dos sitiantes para os neutralizar. Durante todo o primeiro dia, à medida que iam chegando mais reforços, prosseguiu a revista às casas da aldeia e multiplicaram-se as iniciativas para desalojar os dois sitiados, mas nem o recurso a granadas de mão conseguiu o objectivo e os pides decidiram obrigar o Manuel Bárcia, cunhado de Demétrio, a incendiar o seu próprio palheiro e a retirar do pátio os cadáveres dos guarda-republicanos. Até cair a noite continuou a troca de tiros.

Para evitar que os guerrilheiros aproveitassem as trevas para escapar, foram incendiadas duas medas de palha situadas nas imediações das casas cercadas. Já noite dentro chegaram mais reforços com projectores eléctricos, o Comandante da GNR de Vila Real, um destacamento da PSP do Porto e duas secções de morteiros de Caçadores 10, de Chaves. O total das forças envolvidas no Cambedo ultrapassava o meio milhar de homens, marcando presença um oficial da *Guardia Civil* espanhola. Ao nascer do dia, Cambedo da Raia apresentava o aspecto de um campo de batalha com tendas de campanha, apoios logísticos, postos de primeiros socorros, homens e morteiros em posição de combate, com troca intermitente de tiros entre sitiados e sitiantes. Experimentaram lançar granadas de gás la-crimogéneo trazidas pela PSP do Porto, mas o vento soprava na direcção contrária e, finalmente, decidiram-se pelas descargas de morteiro.

Foram evacuadas todas as casas em redor do objectivo e dada a ordem de bombardear. Trinta granadas de morteiro foram disparadas e o cerco foi de novo apertado. Um pide, protegido por um grupo de agentes da PSP e da GNR, que se adiantou para fazer o reconhecimento, foi recebido a tiro. Nova manobra de abertura do cerco, seguida de nova descarga de granadas de morteiro que deixaram as casas do quarteirão em ruínas fumegantes. O cerco apertou-se e o grupo de reconhecimento avançou uma vez mais, desta vez o pide foi atingido a tiro numa coxa. Do monte de ruínas restavam apenas intactos um lagar e um forno de granito. Intensificou-se o ataque com granadas de mão e metralhadoras apontadas a estes dois alvos, até que os guerrilheiros deixaram de responder. À boca do forno apareceu um lenço branco, pouco depois saiu o Demétrio. Algemado primeiro, esbofeteado depois, perguntado pelos seus companheiros, respondeu que lá dentro estava só o cadáver do Garcia, que tinha guardado a última bala para si próprio.

Desta operação conjunta das ditaduras ibéricas contra a guerrilha galega antifranquista resultaria a prisão de sessenta e três pessoas, oito das quais galegas. Dezoito vizinhos do Cambedo perderam a liberdade por mais de um ano, o mesmo acontecendo a vinte e dois das localidades vizinhas. Nestas aldeias, as buscas resultaram infrutíferas, embora se saiba que em Nantes, Angel dos Santos Rodríguez "António", um dos guerrilheiros veteranos e José Pinheiro Barbosa "Pepe", um dos portugueses que integrou a guerrilha, alertados pelos tiros no Cambedo, fugiram e escaparam como puderam. A PIDE justificou as prisões no seu relatório no processo judicial julgado no ano seguinte no Porto em Dezembro de 1947, porque "uns mantinham ligações com os salteadores e outros davam-lhes guarida e protecção, vivendo à sua custa, todos sabendo que viviam do produto dos crimes que cometiam". Dezanove dos detidos seriam condenados a diversas penas de prisão. Demétrio foi condenado a 28 anos de degredo, tendo cumprido uma parte importante da pena no Tarrafal, em Cabo Verde. Os restantes foram absolvidos.

A CONFISCAÇÃO DA MEMÓRIA

A PIDE e a imprensa esconderam as motivações políticas dos guerrilheiros, apresentando-os como assaltantes, apesar de nas comunicações internas confidenciais de todas as forças repressivas serem apresentados como "guerrilheiros profissionais" ou *"rojos"*, e rapidamente se estendeu um manto de silêncio sobre os acontecimentos no Cambedo da Raia. Os seus habitantes arrastaram dezenas de anos a reputação de malfeitores ou de acoitantes de criminosos, rótulo que as autoridades lhes colaram, chegando alguns a não indicar a aldeia de nascimento,

HUMA

substituindo-a pela sede de freguesia, para evitar o opróbrio que lhe estava associado. Esta confiscação da memória pelo silêncio só começaria a romper-se no final dos anos oitenta, com a publicação de um opúsculo pela Câmara de Montalegre[11] e uma reportagem no Jornal de Notícias[12]. De então para cá, os acontecimentos do Cambedo da Raia em 1946 foram tema para livros de ficção, ensaios, artigos, reportagens jornalísticas, filmes, documentários e blogs[13]. Numa acção cívica de resgate da memória da solidariedade raiana, levada a cabo no Cambedo por um conjunto de intelectuais galegos, foi colocada uma placa no centro da aldeia *"En lembranza do vosso sofrimento (1946-1996)"*.

A partir dos acontecimentos de 1946 no Cambedo, a presença de guerrilheiros anti-franquistas na raia seca transmontana não está documentada. As organizações guerrilheiras na Galiza chegaram aos finais de 1949 praticamente destroçadas, alguns dos personagens referidos prosseguiriam a sua luta pela sobrevivência nos montes galegos e leoneses, como Manuel Girón, morto à traição, nas redondezas de Ponferrada, em 1951; Benigno Garcia "Foucelas", ferido e preso pela *Guardia Civil* nos montes de Betanzos, fuzilado em 1952; José Castro Veiga "Piloto", seria dos últimos a ser morto, aguentou-se até 1965, tendo sido crivado de balas pela *Guardia Civil* nos arredores de Chantada; em Dezembro de 1967 apareceu um cadáver à beira do caminho que liga Riamor com Santiago, na morgue a autópsia revelou a sua identidade, tratava-se de Ramón Varela "Curuxas" e, trinta e um anos depois de ter iniciado a guerrilha nos montes de Palas del Rei, morrera de ataque cardíaco. Outros, como os "históricos" Marcelino Villanueva "Gafas", Mário Moran e César Rios, tomaram o caminho do exílio, na Argentina e no México, os dois primeiros, e em Paris, o último, uma das fontes de que Bento da Cruz se socorreu para a escrita da sua obra, na qual nos baseamos para a descrição dos acontecimentos de Dezembro de 1946.

A aldeia de Cambedo da Raia, pelos factos desmedidos ali vividos nas vésperas de Natal de 1946, ficou para a história como uma referência da atitude solidária das populações raianas para com os perseguidos pelo regime franquista. Esta característica enraizada nas gentes de um e do outro lado da fronteira, já se tinha manifestado no passado em sentido inverso. Poucos anos antes, os republicanos portugueses derrotados nas revoltas fracassadas contra a ditadura[14] encontraram nas povoações do lado galego os mesmos gestos solidários na sua fuga à repressão salazarista. Após a instauração da República em 1910 tinham sido as forças monárquicas a refugiar-se na região, de onde partiam para as incursões no norte de Portugal, e, já antes, no século XIX os liberais derrotados na Guerra Civil portuguesa, também conhecida por "Guerras Liberais", ali tinham encontrado refúgio.

1 SANTANDER, Fernández: Alzamiento y Guerra Civil en Galicia (1936—1939), p.349, Edicios do Castro, A Coruña, 2000.

2 A Greve Geral Revolucionária de 1934, foi um movimento grevista que se produziu em Espanha entre os dias 5 e 19 de Outubro. Nas Astúrias atingiria proporções revolucionárias, transformando-se numa verdadeira ameaça para o sistema. No comando das operações de repressão à revolução asturiana, levadas a cabo por legionários, esteve o General Franco, que deixaria atrás um balanço de 1400 mortos, mais de 2000 feridos e 30 000 prisioneiros. Almargen: http://goo.gl/de0XgV

3 "Paseo" é a designação eufemística para as execuções sumárias de republicanos levadas a cabo pelos militares franquistas e civis falangistas nas imediações das povoações.

4 OLIVEIRA, César de: Salazar e a Guerra Civil de Espanha, p. 155, Lisboa, O Jornal, 1987; ALVES, Jorge Fernandes: O Barroso e a Guerra Civil de Espanha, p. 17, Montalegre, Ed. Câmara Municipal, 1987

5 GODINHO, Paula: "Maquisards" ou "Atracadores"? in "O Cambedo da Raia 1946", p. 170, Orense, Asociación Amigos da República, 2004.

6 "Partida", grupo de cinco a oito guerrilheiros.

7 SERRANO, Secundino: Maquis – Historia de la Guerrilla Antifranquista, p. 48, Madrid, Ediciones Temas de Hoy, 2002.

8 BAPTISTA, José Dias: A Guerra Civil Espanhola e os Barrosões, in "O Cambedo da Raia 1946", p. 128, Orense, Asociación Amigos da República, 2004.

9 CRUZ, Bento da: Guerrilheiros antifranquistas em Trás-os-Montes, p. 122, Montalegre, Barrosana Em, 2003.

10 Foram as duas vítimas mortais do lado das forças repressivas, seriam feridos no conflito mais três GNRs e dois pides. Uma criança de 12 anos, Silvina Fernandes Feijó, foi ferida numa perna na sequência do tiroteio inicial.

11 ALVES, Jorge Fernandes: obra citada nota 4

12 QUEIRÓS, Artur: Cambedo - Episódio Sangrento da Guerra de Espanha, Jornal de Notícias, Porto 6 Dezembro 1987, Domingo, pp 1-5.

13 Entre outros nos seguites links:
Blog Cambedo Maquis: http://goo.gl/wsJNFn
Blog Caminhos da Memória: http://goo.gl/STS0zE

14 Ver Mapa Nº 5, A Revolta de Fevereiro de 1927, http://goo.gl/eV88eQ

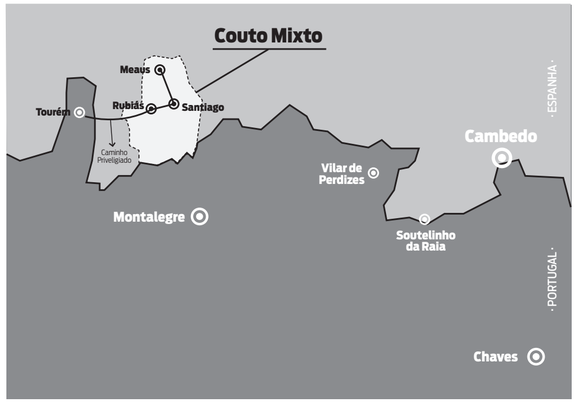
A Aldeia do Cambedo e o *Couto Mixto*

Do mesmo modo que só na década de noventa do século vinte se rasgou o véu do silêncio sobre os acontecimentos do Cambedo durante a Guerra Civil espanhola, também a memória da existência e extinção do *Couto Mixto*, uma singular entidade organizativa, situada na raia seca galaico-portuguesa, só nessa altura foi resgatada e se deu de novo a conhecer. A história da aldeia de Cambedo está intimamente ligada ao fim daquela experiência de organização comunitária, por mútuo acordo entre os Estados português e espanhol, por isso aproveitamos a oportunidade para a divulgar.

A aldeia do Cambedo, tal como as vizinhas Soutelinho da Raia e Lamadarcos, foi um *"povo mixto"* até 5 de Novembro de 1868, momento em que as três passaram a ser integralmente território português, na sequência da aprovação do Tratado de Limites, no qual eram designadas por *"povos promíscuos"*, depois de anos de negociações entre Portugal e Espanha. Até então, estes povoados eram divididos pela linha de fronteira política entre os dois Estados, dando-se a situação interessante de muitas casas serem divididas pela linha de fronteira, podendo a cozinha estar num país e a sala de jantar no outro, o mesmo é dizer, podia entrar-se por uma porta desde Portugal e sair-se por outra para Espanha.

A moeda de troca nestas negociações foi a integração do "*Couto Mixto*", até ali uma entidade política singular, por muitos considerada uma república democrática independente, no Estado espanhol. Contudo, esta troca aparentemente justificada para tornar mais difícil o contrabando, esconde uma decisão política com maior alcance, que era de interesse comum para os dois Estados: pôr fim à "anomalia" com sete séculos de história designada por *Couto Mixto*. Vários autores situam a sua constituição formal no século XII, entre os anos 1143-1147, e a sua origem no processo de independência de Portugal do Reino de Leão, numa época em que a divisão fronteiriça não estava definida.

O *Couto Mixto* era um enclave com vinte e sete quilómetros quadrados de superfície, situado na Galiza, entre as serras do Pisco e do Larouco, limitado a sul pela fronteira portuguesa, com três povoações (Santiago, Rubiás e Meaus), que nunca tinham formado parte de qualquer um dos países desde a formação de Portugal, onde viviam entre seiscentos e mil habitantes.



São várias as teorias sobre a origem do *Couto Mixto*. Entre elas está a que sustenta que a sua fundação deriva de um foral concedido por Sancho I, outra defende que se tratou de um "*coto de homiciados*", isto é, «uma jurisdição territorial donde os criminosos que não tivessem sido autores de falsificação de moeda, delito sexual ou religioso, poderiam redimir as suas penas"[1], e também há a lenda da princesa desterrada, que teria sido salva por habitantes do Couto de morrer quando dava à luz, depois de ter sido apanhada ao cruzar a serra por um nevão, e que, agradecida, lhes concedeu a independência e os privilégios.

Os habitantes do *Couto Mixto* desfrutavam de uma série de privilégios[2]: Tinham direito a decidir se queriam ser espanhóis ou portugueses ou não optar por nenhuma nacionalidade; não pagavam impostos nem a um país nem ao outro, nem podiam ser recrutados pelos respectivos exércitos; não necessitavam licença para portar armas; podiam cultivar o que quisessem, incluído tabaco, cujo cultivo estava estri-ctamente controlado, tanto em Espanha como em Portugal; não tinham a obrigação de usar papel selado oficial para nenhum tipo de acordos ou contratos, obrigatório nos dois países; tinham permissão para transportar o que desejassem, sem risco de serem interceptados pelos agentes de autoridade de nenhum dos dois países, por um caminho neutral de seis quilómetros, o "*Caminho Privilegiado*", que unia as três povoações do *Couto Mixto* com a localidade portuguesa de Tourém, atravessando território de Espanha e Portugal.

Dentro do perímetro do *Couto Mixto*, as autoridades portuguesas e espanholas não podiam entrar em perseguição de ninguém. Este privilégio talvez fosse uma reminiscência das suas origens, contudo, este direito de asilo nem sempre teria sido respeitado pelas autoridades dos dois países. Do mesmo modo, nem sempre foi cumprida a regra de recusar alojamento e passagem de forças militares pelo território do Couto ante a superioridade numérica destas. Foi o que aconteceu aquando das invasões francesas comandadas pelo Marechal Soult; com o contingente militar português de 700 soldados, seguidos por 300 mulheres, comandado pelo General Saldanha, em 1851, na sua retirada para a Galiza durante as Guerras Liberais, que pernoitaram uma noite no *Couto Mixto* a caminho de Lobios; ou com a ocupação por pequenas unidades militares galegas ou portuguesas, por ocasião das destruições das plantações de tabaco.

O *Couto Mixto* constituía um território independente dos dois países, com autogoverno, cuja máxima autoridade era um juiz anualmente eleito pelos cabeças de família ou de morada, que por sua vez escolhia dois por cada uma das três povoações, conhecidos como *"homes de acordos"*. Todos os documentos importantes do *Couto Mixto* eram guardados numa arca de madeira com três fechaduras e três chaves, cada uma das quais era guardada em cada uma das aldeias, de forma que era necessário o concurso dos representantes das três, com as respectivas chaves, cada vez que se queria abrir a arca. Aquando das invasões francesas, Soult teria mandado queimar todos os documentos nela guardados.

Mantinha várias características próprias da acção popular directa, de que se destacava a figura denominada *concello aberto, paróquia aberta, a toque de campá* ou simplesmente *concello*, no qual as decisões para o governo das comunidades eram tomadas na praça pública, no caso o adro da igreja transformado em *ágora*, pela totalidade dos vizinhos. Dispunha de uma regra, a revogação dos eleitos ou *recall*, que permitia voltar a chamar a votos para mudar os representantes eleitos antes do fim do seu mandato se fossem detectados incumprimentos nas suas funções. Os seus moradores não necessitavam de guardas, alfândegas ou exércitos para velar pelos seus direitos e liberdades, os Estados limítrofes, sim.[3]

Estas decisões, a integração dos povos promíscuos em Portugal e do *Couto Mixto* na Galiza, foram tomadas sem nenhum tipo de consideração pelos habitantes que ali viviam. Uma República politicamente autónoma de características democráticas e com perigosos resíduos assembleários podia ser um mau exemplo a que havia que pôr termo.

1 GARCÍA MAÑÁ, Luís *Couto Mixto*. Unha república esquecida. Vigo: Universidade de Vigo.

2 CAVANAH, William: Universidade CEU de São Paulo, Identidades en la frontera luso-española, 2011

3 LÓPEZ MIRA, Álvaro Xosé : Xerais, O *Couto Mixto*: Autogoberno, fronteiras e soberanías distantes, Vigo, 2005

SALTA MONTES

Na descoberta da natureza e da memória das resistências por entre propostas de percursos pedestres.

Ao salto dos montes: Serra do Caldeirão

FELIPE NUNES
FELIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Entre o Baixo Alentejo e o Algarve há um território que não leva nome. Quem aí vive ora anuncia que vai ao Algarve, ora fala que foi ali às terras Alentejanas. Onde vive é simplesmente na Serra. A serra do Caldeirão é um mundo à parte.

A proposta de percursos pedestres tem a Ribeira do Vascão como eixo central. Sítio reconhecido na Rede Natura 2000, a ribeira aí nasce para vir desaguar no Guadiana, por entre um ondulado de cerros e corgos onde o abandono dos tempos humanos é testemunhado na paisagem por densos matos de sobreirais, azinhais e medronhais. Pelas margens de águas límpidas do Vascão, loendros, tamujos, freixos e salgueiros convidam à sombra, envoltos pelo cheiro das estevas nas vertentes xistosas da serra.

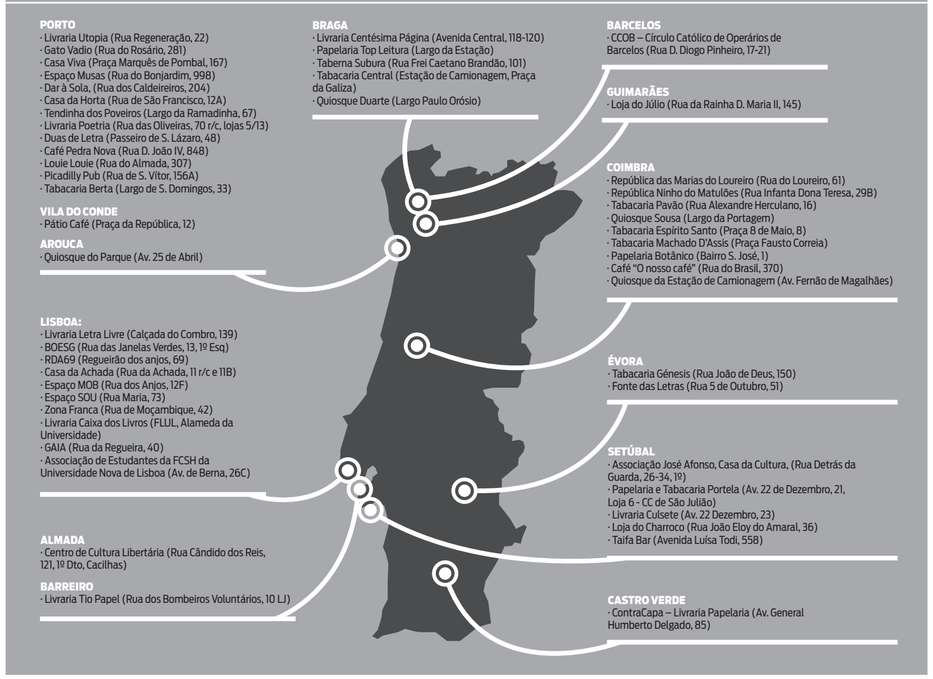
Tomemos como ponto de partida o Ameixial (Loulé), de onde partem vários percursos marcados (disponíveis na página web do município),e iniciemos o Percurso de Revezes, a partir desse pequeno lugar e pelos montes do Brejo e Vale da Moita. 12 km por entre a serrania, que se cruza no Moinho da Cascalheira (onde o Vascão convida a banhos) com outra proposta de percurso (5km), desta feita na margem de Almodôvar (não marcado e indicado no *Guia do Concelho de Almodôvar – Território da Antiga Escrita do Sudoeste*, CMA/Naturterra), que nos leva ao Monte Branco do Vascão, nas cercanias da aldeia de Santa Cruz.

Por entre a natureza destes lugares ecoam as histórias das guerrilhas. Há 200 anos atrás, o Remexido: herói romantizado que liderou a Sul, entre 1832 e 1838, a guerrilha conservadora miguelista, e que para lá da rendição política, permaneceu com os seus homens como guerrilheiro errante nestas montanhas até aí acabar fuzilado. Perpetuando para sempre o rastro de temerosos bandoleiros que ainda pressentimos no caminhar pela serra, fugidio entre as veredas e os matos intransitáveis. Entendemos afinal porque é que durante tantos anos umas poucas centenas de homens puderam fazer frente aos exércitos liberais, que sabiam não ser "possível acabar a guerrilha porque os moradores da serra são guerrilhas". Como refere o *Guia de Almodôvar*: "as razões desse apoio residem no conflito gerado entre os antigos lavradores e os camponeses rendeiros, receosos da emergente burguesia comercial e maçónica, que do litoral algarvio estendiam as mãos à posse fundiária de baldios e de terras; mas sobretudo, do desespero da crescente massa de assalariados rurais e gente sem eira nem beira, que engrossavam a mendicidade, numa altura de profunda transformação da sociedade. (…) Aqui mais do que em nenhum outro lugar, a geografia física da serra e humana dos montanheiros, representou resistências, adversidades e solidariedades".

A Ribeira do Vascão. Por entre a natureza destes lugares ecoam as histórias de guerrilhas.

Locais onde podes encontrar o jornal MAPA

A LISTA ESTÁ EM CONSTANTE ACTUALIZAÇÃO, CONSULTA WWW.JORNALMAPA.PT



PORTO
· Livraria Utopia (Rua Regeneração, 22)
· Gato Vadio (Rua do Rosário, 281)
· Casa Viva (Praça Marquês de Pombal, 167)
· Espaço Musas (Rua do Bonjardim, 998)
· Dar à Sola, (Rua dos Caldeireiros, 204)
· Casa da Horta (Rua de São Francisco, 12A)
· Tendinha dos Poveiros (Largo da Ramadinha, 67)
· Livraria Poetria (Rua das Oliveiras, 70 r/c, lojas 5/13)
· Duas de Letra (Passeiro de S. Lázaro, 48)
· Café Pedra Nova (Rua D. João IV, 848)
· Louie Louie (Rua do Almada, 307)
· Picadilly Pub (Rua de S. Vítor, 156A)
· Tabacaria Berta (Largo de S. Domingos, 33)

VILA DO CONDE
· Pátio Café (Praça da República, 12)

AROUCA
· Quiosque do Parque (Av. 25 de Abril)

LISBOA:
· Livraria Letra Livre (Calçada do Combro, 139)
· BOESG (Rua das Janelas Verdes, 13, 1º Esq)
· RDA69 (Regueirão dos anjos, 69)
· Casa da Achada (Rua da Achada, 11 r/c e 11B)
· Espaço MOB (Rua dos Anjos, 12F)
· Espaço SOU (Rua Maria, 73)
· Zona Franca (Rua de Moçambique, 42)
· Livraria Caixa dos Livros (FLUL, Alameda da Universidade)
· GAIA (Rua da Regueira, 40)
· Associação de Estudantes da FCSH da Universidade Nova de Lisboa (Av. de Berna, 26C)

ALMADA
· Centro de Cultura Libertária (Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto, Cacilhas)

BARREIRO
· Livraria Tio Papel (Rua dos Bombeiros Voluntários, 10 LJ)

BRAGA
· Livraria Centésima Página (Avenida Central, 118-120)
· Papelaria Top Leitura (Largo da Estação)
· Taberna Subura (Rua Frei Caetano Brandão, 101)
· Tabacaria Central (Estação de Camionagem, Praça da Galiza)
· Quiosque Duarte (Largo Paulo Orósio)

BARCELOS
· CCOB – Círculo Católico de Operários de Barcelos (Rua D. Diogo Pinheiro, 17-21)

GUIMARÃES
· Loja do Júlio (Rua da Rainha D. Maria II, 145)

COIMBRA
· República das Marias do Loureiro (Rua do Loureiro, 61)
· República Ninho do Matulões (Rua Infanta Dona Teresa, 29B)
· Tabacaria Pavão (Rua Alexandre Herculano, 16)
· Quiosque Sousa (Largo da Portagem)
· Tabacaria Espírito Santo (Praça 8 de Maio, 8)
· Tabacaria Machado D'Assis (Praça Fausto Correia)
· Papelaria Botânico (Bairro S. José, 1)
· Café "O nosso café" (Rua do Brasil, 370)
· Quiosque da Estação de Camionagem (Av. Fernão de Magalhães)

ÉVORA
· Tabacaria Génesis (Rua João de Deus, 150)
· Fonte das Letras (Rua 5 de Outubro, 51)

SETÚBAL
· Associação José Afonso, Casa da Cultura, (Rua Detrás da Guarda, 26-34, 1º)
· Papelaria e Tabacaria Portela (Av. 22 de Dezembro, 21, Loja 6 - CC de São Julião)
· Livraria Culsete (Av. 22 Dezembro, 23)
· Loja do Charroco (Rua João Eloy do Amaral, 36)
· Taifa Bar (Avenida Luísa Todi, 558)

CASTRO VERDE
· ContraCapa – Livraria Papelaria (Av. General Humberto Delgado, 85)

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 6
Junho / Julho 2014

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redação: Rua Fran Paxeco, 176 r/c, 2900- Setúbal
Registo ERC: 126329

Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram neste número com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição:
M.Lima*, Lá*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, J. Barreira, José Smith Vargas*, Ana Rute Vila*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Alí Baba*, Júlio Silvestre*, José Pedro Araújo*, Granado da Silva, José Paulo Ramalho, @ternia, Olegário Bigodes, X. Espada, Z. Moura, Maca, Pablo, Iván Díaz, Huma*, Ursula Zanger
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: bimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

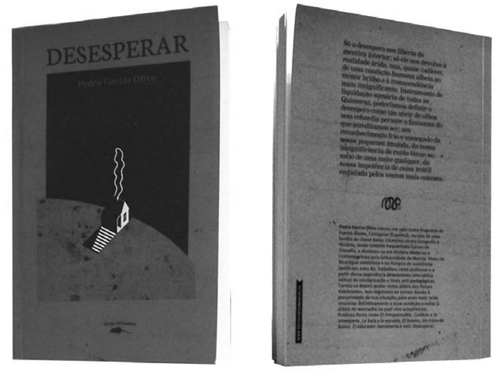
Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/JornalMapa2012
Twitter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13

Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Morada: Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, nº50 - Morelena 2715-029 Pêro Pinheiro - Portugal

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DESNORTE



"DESESPERAR"
DE PEDRO GARCIA OLIVO
TEXTOS SUBTERRÂNEOS,
ABRIL DE 2014

P.M.

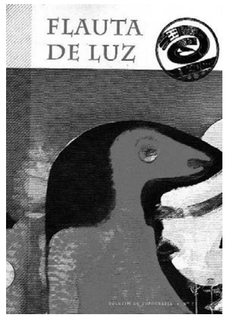
"Odiando a modernidade" é o subtítulo que Pedro Garcia Olivo dá a este "Desesperar", autor que é pela primeira vez editado em português. Pedro Garcia Olivo não é um desconhecido por aqui, tendo participado na Feira do Livro Anarquista de Lisboa em 2010 ao apresentar dois dos seus livros, "La bala y la escuela" e "El educador mercenario", que espelham o seu pensamento ultra-crítico dos processos de escolarização e as sua teses anti-pedagógicas. Mas "Desesperar" não se atem a essa crítica específica que caracteriza a obra de Pedro Garcia Olivo e vai para além disso, fazendo um exercício de demolição voraz e carregado de ódio dos diversos aspectos que constituem aquilo que define como *modernidade*.

Este livro foi pela primeira vez editado em 2003 no Estado espanhol pela extinta Iralka, tendo sido reeditado no princípio deste ano pelo Centro Social Anarquista La Revuelta de Saragoça. Ele pode ser definido como uma narração filosófica crítica que parte de uma experiência pessoal do autor numa aldeia de alta montanha valenciana, que o leva a confrontar esse mundo rural marginal, como Pedro Garcia Olivo o define, com o mundo dito civilizado, o mundo moderno pedante e a sua ideologia progressista alicerçada na sua própria racionalização. E o *desespero* é o conceito filosófico com o qual é sublinhada a sua crítica; desespero não no sentido moderno do mesmo, sinónimo adulterado de angústia, temor, sofrimento, aflição, desânimo, mas um simples *deixar de esperar*. Pedro Garcia Olivo descobre nesse *outro mundo*, até ao qual não se estendem auto-estradas e comboios de alta-velocidade, um mundo *antagónico* daquele dos grandes espaços urbanos, dos centro-comerciais, do turismo de fim-de-semana, um mundo *diferente*, não tocado ainda pela estulta mão de Midas que tudo quer transformar em "ouro", um mundo *marginal* e talvez incompreensível para a mente formatada pela *ratio* moderna. Um mundo em que nos adentramos através de uma personagem real, Basilio, um pastor serrano analfabeto, que vive completamente fora do cânones modernos da nossa razão, chegando a ser insultuosa para esta a forma como consegue viver a sua liberdade e autonomia completamente alheado das teias do Estado.

Depois de lido, pode-se considerar "Desesperar" um manual do desnudamento. Se a esperança é um véu com que nos tentamos proteger das intempéries da existência e que de alguma forma dá formas fantásticas e ilusórias à realidade, velando-a; *desesperar* é um destapar abrupto desse véu, deixando-nos desprotegidos e nus perante essa realidade árida que é *deixar de esperar*. A esperança é para Pedro Garcia Olivo uma ilusão com que nos alimentamos, brandindo a nossa fé no porvir, e que de alguma forma perpetua o mundo tal qual ele existe. Deixar de esperar seria então um acto niilista, uma negação do existente, não para a construção de um novo edifício que pudesse suportar uma nova fé, mas para a destruição completa de todos os edifícios construídos pela razão moderna.

+ INFO:
TEXTOSUBTERRANEOS@RISEUP.NET

Flauta de Luz



FLAUTA DE LUZ
BOLETIM DE TOPOGRAFIA:
PAINEL DA ANTIQUEIRA,
39 – VARGEM;
7300-430 PORTALEGRE
FLAUTADELUZ1@GMAIL.COM.

F.N.

A revista Flauta de Luz é um atestado de quem sofreu ao longo dos anos uma tamanha indigestão com essa "regra segundo a qual a História produzida para consumo dos dominados de hoje deve ser cozinhada pelos vencedores de ontem"… Por via desse diagnóstico – exposto no seu último número por Jorge Valadas – o seu editor, Júlio Henriques, não deixou de dar uso, ao longo dos anos, à sua veia de escritor, tradutor e editor. Flauta de Luz é a sua mais recente aventura editorial num mapa que vai traçando a partir de Portalegre, auxiliado agora por este "Boletim de Topografia", lançado em 2013 e disposto a coligir "textos de vária procedência que tendem para um diálogo subversor dos fundamentos do presente sistema imperial".

A revista que em Março passado lançou o seu segundo número, contém textos de análise da situação actual portuguesa vistas a partir das topografias lusas e da reflexão de cronistas (Júlio Henriques, Jorge Valadas ou Miguel Teotónio Pereira) que não se detêm na data redonda dos 40 anos de democracia que viram surgir de forma directa, e muito mesmo nas ladainhas típicas de mitificação dos abris por cumprir. Olham antes para a forma como se deu o desenvolvimento do capitalismo e esta análise faz ponte para aquela que é uma linha mestra da revista: o desmontar peça a peça dessa Máquina, ou antes dessa sociedade "megamáquina em que todas as máquinas se interligam e deixam de ter autonomia", numa crítica ao incessante desenvolvimento técnico, que outra coisa não é senão a forma como a "complexificação da «sociedade moderna» tem sido a resposta das classes dominantes às tentativas populares para pôr em causa o seu domínio e criar qualquer coisa de decente". Nesse âmbito encontramos textos de Jacques Ellul ("Autonomização da Técnica"); Christian Ferrer ("In memoriam: os ludditas") ou dos Amigos de Ludd ("George Orwell, crítico da Máquina"), que prosseguem neste nº 2 a selecção iniciada no n.º 1 com Günther Anders, David Watson ou Dieter Sedlmyr. A partir dessa crítica prossegue a Flauta de Luz em demonstrar essa "qualquer coisa de decente" que o homem tem capacidade de criar, a qual surge, uma vez posta de lado a concepção de poder antropocêntrica, através do olhar indígena. Nesse ponto, a revista orienta a bússola à ameríndia e vai-lhe compilando uma antologia poética contemporânea, complemento essencial para entender as propostas de "Indigenismo e comunalidade" (Georges Lapierre e Quim Sirera) que desmistificam essa impossibilidade da recusa da Máquina. Na busca quiçá de idênticos desejos nestas latitudes de quem perdeu o Norte, a leitura desta revista é de todo aconselhável.

Piolho

ANTÓNIO S. OLIVEIRA

PIOLHO é uma revista de poesia
Uma sebenta que circula de mão em mão
Nesse charco que É o POEMA
COM NOVE BURACOS
QUE SANGRAM escárnio e maldizer
nesta época em que os poetas se crepusculizam

A revista *piolho* é uma publicação dedicada à poesia desalinhada que conta actualmente com mais de uma dezena de números. É uma edição conjunta das Edições Mortas e da Black Sun, coordenada pelo poeta e editor António Oliveira (A. Dasilva O.). A *Piolho* inspira-se nas publicações refractárias dos anos 60 e 70, feitas em stencil, que circulavam debaixo da mesa nos cafés, pelo seu carácter conspirativo e clandestino, trazendo para o presente o espírito combativo desses tempos. A revista é, assim, um reduto de sobrevivência da poesia insubmissa. Ao longo dos vários números colaboraram escritores como Rui Pires Cabral, Golgona Anghel, Fernando Guerreiro ou Manuel de Freitas. Foram também já publicados textos inéditos de nomes como Charles Bukowski ou Ambrose Bierce.

António Oliveira co-fundou uma das primeiras rádios piratas do Porto (Rádio Caos), fundou as Edições Mortas, realizou As Conferências do Inferno e os Encontros com o Maldito, em colaboração com o grupo de teatro Contracena. Editou e participou nas revistas *Arte Neo*, a revista *Filha da Puta, Marquesa Negra, Broche Suburbano, Última Geração*, entre outras. Está actualmente a trabalhar no segundo número da revista *Estúpida*, uma publicação feita de pequenos textos, micro-contos, crónicas, crítica e fotografia.

O último número da *Piolho*, que é o décimo terceiro, foi lançado em Março passado no festival de poesia Mal Dito, em Coimbra. Este número é dedicado ao tema da Fome e conta com a participação de vários escritores, entre os quais Ivar Corceiro, José Carlos Soares, A. Dasilva O., Ária Aragon Franco, Miguel de Carvalho, Rui Tinoco e Maria da Inquietação Fausto. A *Piolho* pode ser encontrada no Porto, na livraria Utopia ou no Gato Vadio, e em Lisboa na livraria Letra Livre.

+ INFO:
http://edicoes-mortas.blogspot.pt

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO6
JUNHO-JULHO'14 · ANO II
3000 EXEMPLARES

25 de Abril

Há quarenta anos a liberdade passava por aqui.

Pide em cuecas. A partir de foto de Eduardo Gageiro

D.C.

Nas ruas, casas, locais de trabalho e de estudo, enfim, por todo o lado, as pessoas viviam o sentimento de serem protagonistas de algo que superava a sua própria existência. A "Situação", designação que tinha servido para nomear o regime ditatorial, finalizara com um golpe de Estado de tipo novo. Pela primeira vez na História, quadros intermédios de um exército, sem o conluio de civis, planificavam, preparavam e executavam o derrube de um regime político. Por todo o país, tão depressa como se foi sabendo do golpe do Movimento das Forças Armada (MFA), a população, desrespeitando as ordens de ficar em casa, saiu para as ruas apoiando o gesto dos militares, misturando-se com eles, passando a condicionar todos os planos previamente definidos, conferindo ao golpe militar um contorno revolucionário.

A "Situação" tinha feito crer que seria eterna, instalara na sociedade a sensação de presente perpétuo, que, por exemplo, levava os rapazes a pensar nos anos que lhes faltavam até irem para a tropa ou para o exílio no estrangeiro (uma minoria), fugindo assim à incorporação militar obrigatória. Entretanto, estes jovens viam regressar às suas terras irmãos, vizinhos ou conhecidos, uns ligeiramente feridos ou "apanhados do clima", outros severamente amputados ou mortos no Ultramar "ao serviço da Pátria".

A Guerra Colonial, para aqueles que estavam contra ela, a Guerra do Ultramar, para os que a defendiam, consumia quarenta por cento do Orçamento Geral do Estado, estava dada por perdida por muitos dos que a faziam nas três frentes de batalha e constituiria a principal causa do golpe militar.

Apesar da luta contra a ditadura, levada a cabo ao longo de quase meio século por milhares de homens e mulheres, animados e animadas pelas mais diversas ideologias, que conheceriam nesse trajecto a prisão, a tortura e nalguns casos a morte, a mudança não se enxergava. De súbito, da noite para o dia, essa ideia da eternidade do poder instituído revelou-se falsa. As imagens de agentes da PIDE em cuecas, rodeados por militares e civis, confirmavam a queda do regime.

O golpe militar de 25 de Abril, com o apoio popular que o caracterizou desde os primeiros momentos, abriu as portas a um processo revolucionário original. A passagem simbólica do poder, "para que não caísse na rua", das mãos de Caetano para as mãos de Spínola, não evitaria que a partir de então, em crescendo e durante um ano e meio, fosse na rua, nos locais de trabalho e de estudo, que se decidiriam as grandes questões.

Logo nos dias seguintes ao derrube da ditadura começaram as greves por melhores salários, condições de vida e de trabalho (que lograriam todos esses direitos que de há uns anos para cá foram sendo paulatinamente retirados). Das manifestações multitudinárias exigindo: "pão, paz, habitação, saúde, educação" ou "nem mais um soldado para as colónias", passou-se à ocupação pelos trabalhadores de empresas, cujos proprietários tinham abandonado o país; de casas vazias, pelos que não tinham tecto; e dos latifúndios, pelos que trabalhavam a terra.

O sistema, surpreendido pelo fim do regime ditatorial e debilitado pelo fracasso de duas tentativas de golpe militar para repor a ordem, (28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975), estava aturdido pela ausência de um centro de poder. O Governo dizia que as ocupações eram ilegais, o COPCON, estrutura criada pelo MFA que comandava as forças especiais, legalizava-as.

O mundo inteiro, aparentemente colhido de surpresa, observava a explosão de entusiasmo desencadeada após o derrube da ditadura nas gentes deste pequeno país. As atenções de todos os continentes focavam-se aqui. Uns pela ilusão do exemplo, outros receosos desta novidade, todos expectantes com a "revolução em Portugal". Dos que têm por função perpetuar o sistema de dominação, alguns foram encarregados do problema, como a seguir se verá.

Estava muita coisa em causa. Aqui ao lado, em Espanha, Franco estava com os pés para a cova. Tanto ou mais que Portugal, o que os preocupava eram as consequência do processo revolucionário português no país vizinho e, por contágio, no resto da Europa. Expertos em contra-revoluções, agentes de vários serviços secretos, alguns dos quais se deram a conhecer nos últimos dias, passaram a "monitorizar" Portugal, intervindo com os meios necessários para pôr termo ao processo revolucionário em curso. Da Alemanha choveram milhões de marcos canalizados pelas fundações do SPD e da CDU, directa e respectivamente para os partidos irmãos: PS e PPD/ PSD, a acompanhar o dinheiro viajaram "assessores" políticos. Dos EUA, para além dos dólares destinados aos mesmos actores, vieram agentes da CIA que orientariam a acção dessas forças contra-

Portugal foi um laboratório de como evitar ou combater processos revolucionários. Estes ensinamentos foram imediatamente postos em prática em Espanha, seguir-se-iam nos países do Leste europeu e, mais recentemente, nas "primaveras árabes".

-revolucionárias e apoiariam tecnicamente as organizações de extrema-direita que puseram o país a ferro e fogo com uma campanha de atentados, ao mesmo tempo que preparavam o golpe militar de 25 de Novembro de 1975 que pôs fim à "revolução dos cravos". O campo revolucionário, apesar da correlação de forças lhe ser claramente favorável, "não foi à luta", dizem alguns, "para evitar a guerra civil". Os protagonistas do lado vencedor, hoje tão críticos com a situação a que chegámos, não tiveram essa preocupação, justificando-se no perigo de instauração de uma ditadura comunista. A ditadura financeira de cariz democrático que hoje envolve o planeta muito lhes deve. Portugal foi um laboratório de como evitar ou combater processos revolucionários. Estes ensinamentos foram imediatamente postos em prática em Espanha, seguir-se-iam nos países do Leste europeu e, mais recentemente, nas "primaveras árabes".

MAPA BORRADO :

DIZ QUE PORTUGAL VIVE O SEU PERÍODO MAIS NEGRO DESDE O 25 DE ABRIL
VOTE E HABILITE-SE A UM AUTOMÓVEL
DIGA-NOS QUEM É O SEU HERÓI PREFERIDO DAS FORÇAS POLICIAIS
AS OPERAÇÕES DE CHARME HAVIAM DE ESTAR EM ALTA...
PEPE DA MANHA
LEITORES ELEGEM HERÓI DOS HERÓIS
AS OPERAÇÕES DE CHARME E... OS SORTEIOS DE AUTOMÓVEIS!
MAS NINGUÉM ESPERAVA ESTA INVESTIDA NO MEANDROSO PATRIMÓNIO NACIONAL
DESDE 2009 QUE O ESPAÇO EM QUE SE ENCONTRAVA O GOVERNO CIVIL, NO CONVENTO DE S. CRISTOVÃO AO CHIADO, ESTÁ PARA SER REPARTIDO ENTRE A FACULDADE DE BELAS-ARTES E O MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO CHIADO
BELAS-ARTES FBAL
EX-GOVERNO CIVIL
MUSEU DO CHIADO MNAC
RUA CAPELO
RUA SERPA PINTO
ATÉ QUE, CERTA TARDE, OCORRE UM INSÓLITO TELEFONEMA ENTRE O MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Jorge Barreto X. (Zézé)
Calling...
END CALL
OLÁ'Á'Á' JORGE, COMO ESTÁ?
M.. MIGUEL? É VOCÊ?
OIÇA, ESTOU A LIGAR-LHE PARA LHE FAZER UMA PROPOSTA EM RELAÇÃO ÀQUELA SITUAÇÃO DO MUSEU DO CHIADO...
SIM...
... HÁ AQUI UMA HIPÓTESE DE SE ARRANJAR UM BOCADO MAIS DE ESPAÇO.
AS BELAS-ARTES SAÍRAM DE CENA
HUH...
SAÍRAM DE CENA? COMO ASSIM?
Ó HOMEM! AQUILO É PARA SAIR DALI!! AQUELE QUARTEIRÃO É VALIOSÍSSIMO. JÁ FALEI COM O COSTA, ESTÁ TUDO TRATADO.
JÁ VIU AQUELA ESCADARIA DO ANTIGO GOVERNO CIVIL? NÃO É UM MIMO? O QUE ACHAVA DE TER ALI UM POLO MUSEOLÓGICO DA P.S.P. ???
DA... P..PSP?
POLICIAR A ARTE? MUSEIFICAR A POLÍCIA?
DIGA-ME LÁ, JORGE VOCÊ VÊ, POR ACASO, ALGUMA RAZÃO PARA QUE ISTO NÃO SEJA UMA IDEIA PERFEITAMENTE RRAZOÁVEL?!
...JÁ PENSOU QUE FAZER DE QUALQUER COISA UM MUSEU PODE QUERER SIGNIFICAR DÁ-LA COMO UM ASSUNTO PASSADO... QUASE... MORTO?!...
JOSÉ SMITH VARGAS
ISTO VAI SER A COQUELUCHE DO MEU MANDATO! LOGO A SEGUIR À JOANA VASCONCELOS...
NÃO SE PREOCUPE JORGE... TUDO, POR AQUI, HÁ JÁ MUITO TEMPO QUE ESTÁ MORTO.